

**A SOMBRA DA LIBERDADE****PSICANÁLISE, DEMOCRACIA E AS METAMORFOSES DO PODER NO SÉCULO XXI**

HIPÓLITO VALERIANO PhD

"Entre a ágora e o inconsciente, entre a liberdade e o medo, entre Eros e Leviatã, desenrola-se o drama permanente da condição humana. Toda democracia é, em última instância, uma tentativa de transformar pulsões em linguagem, força em direito e desejo em responsabilidade. Quando o homem deixa de interrogar a própria alma, o poder ocupa o lugar da consciência; quando abandona a alteridade, a liberdade converte-se em narcisismo; e quando renuncia ao pensamento, a história volta a falar a linguagem da servidão. A civilização subsiste apenas enquanto houver sujeitos dispostos a reconhecer no outro não um inimigo a ser vencido, mas um mistério a ser compreendido."

Hipólito Valeriano

APRESENTAÇÃO

Vivemos uma época marcada por paradoxos. Nunca a humanidade dispôs de tantos instrumentos para comunicar-se, produzir conhecimento e ampliar as possibilidades de participação pública; entretanto, raramente a experiência democrática pareceu tão vulnerável às forças da fragmentação, da polarização e do esvaziamento simbólico. As promessas de liberdade que acompanharam a modernidade coexistem, na contemporaneidade, com novas formas de vigilância, de controle subjetivo e de dependência emocional. O sujeito do século XXI encontra-se cercado por discursos que exaltam a autonomia individual, ao mesmo tempo em que se vê imerso em estruturas econômicas, tecnológicas e culturais que condicionam silenciosamente seus desejos, suas escolhas e suas formas de compreensão da realidade.

A democracia, longe de representar uma conquista definitivamente assegurada, revela-se cada vez mais como um processo frágil, constantemente ameaçado por forças que emergem tanto do exterior quanto do interior da própria condição humana.

É precisamente nesse horizonte que se insere a presente obra. Entre Eros e Leviatã: Psicanálise, Democracia e Poder propõe uma investigação filosófica, política e psicanalítica acerca dos fundamentos subjetivos da vida democrática. Seu propósito não se limita à análise das instituições ou das formas clássicas de exercício do poder. Busca compreender aquilo que frequentemente permanece oculto sob a superfície dos acontecimentos históricos: os mecanismos inconscientes que participam da constituição das crenças políticas, das identificações coletivas, dos fenômenos de liderança, das paixões ideológicas e das múltiplas formas de dominação que atravessam a experiência humana.

Desde a Antiguidade grega, a política foi concebida como espaço privilegiado da convivência entre homens livres. A pólis representava o lugar onde a palavra substituíra a violência e onde a deliberação coletiva tornava possível a construção do bem comum. Contudo, a tradição filosófica também reconheceu que a liberdade não constitui um estado natural. Platão advertia sobre os perigos das paixões desmedidas; Aristóteles compreendia a virtude como condição da cidadania; os estoicos insistiam na necessidade do autodomínio como fundamento da autonomia. Em suas diversas formulações, todos convergiam para uma mesma intuição: nenhuma sociedade permanece livre

quando os indivíduos são incapazes de governar a si mesmos.

A modernidade reformulou essa questão sob novas perspectivas. O sujeito racional tornou-se o fundamento das teorias políticas liberais, dos direitos individuais e dos projetos iluministas de emancipação. Entretanto, a descoberta freudiana do inconsciente introduziu uma ruptura decisiva nessa narrativa. O homem já não poderia ser compreendido como consciência transparente a si mesma. Desejos reprimidos, fantasias inconscientes, conflitos psíquicos e mecanismos de identificação participam ativamente da construção da vida social. A política deixa de ser apenas um fenômeno institucional e revela-se igualmente uma manifestação da economia afetiva das coletividades.

Essa constatação altera profundamente a compreensão da democracia. Se os indivíduos não são inteiramente racionais, também as sociedades não podem ser explicadas exclusivamente por argumentos jurídicos ou econômicos. As multidões amam, odeiam, idealizam e temem. Os líderes são frequentemente investidos de atributos simbólicos que transcendem suas qualidades objetivas. As ideologias oferecem não apenas interpretações do mundo, mas também formas de pertencimento e proteção psíquica. O poder não governa apenas corpos; governa imaginários.

Foi justamente a partir desse encontro entre filosofia política e psicanálise que se estruturou o percurso teórico deste livro. As reflexões aqui desenvolvidas dialogam com alguns dos mais importantes pensadores da tradição ocidental. Em Sigmund Freud, encontramos os fundamentos para compreender a psicologia das massas, o narcisismo e os conflitos entre indivíduo e civilização. Em Jacques Lacan, a complexa relação entre desejo, linguagem e subjetividade. Em Max Weber, a análise do carisma e das formas de legitimação da autoridade. Em Michel Foucault, a investigação dos dispositivos disciplinares, do biopoder e das tecnologias de governo. Em Achille Mbembe, a crítica da necropolítica e das novas geografias da exclusão. Em Byung-Chul Han, a compreensão das transformações produzidas pela sociedade digital, pela psicopolítica e pelo capitalismo de vigilância. Em Tzvetan Todorov, Hannah Arendt, Cornelius Castoriadis, Zygmunt Bauman, Giorgio Agamben, Slavoj Žižek e Elisabeth Roudinesco, importantes contribuições para o entendimento das crises contemporâneas da democracia, da cultura e da subjetividade.

Ao longo dos capítulos que compõem esta obra, procura-se demonstrar que o poder moderno tornou-se progressivamente mais sofisticado. As formas tradicionais de coerção não desapareceram, mas passaram a coexistir com mecanismos mais sutis de influência. A administração dos corpos transformou-se em administração dos desejos. A vigilância tornou-se algorítmica. A dominação passou a operar por meio da sedução, da produção de identidades e do controle da atenção. O indivíduo contemporâneo encontra-se submetido a dispositivos que exploram precisamente aquilo que considera mais íntimo: suas emoções, suas preferências e sua busca por reconhecimento.

Nesse contexto, a democracia enfrenta desafios que ultrapassam os limites da política tradicional. A ascensão de movimentos populistas, a radicalização dos discursos públicos, a disseminação da desinformação, a mercantilização da experiência humana e o enfraquecimento das mediações institucionais revelam a necessidade de repensar os fundamentos da vida coletiva. A crise democrática não é apenas institucional. É também antropológica, psicológica e cultural. Ela diz respeito à forma como os indivíduos se relacionam consigo mesmos, com os outros e com a própria ideia de verdade.

A escolha do título desta obra busca expressar simbolicamente essa tensão. Eros, na tradição freudiana, representa as forças da criação, do vínculo, da solidariedade e da vida. Leviatã, por sua vez, evoca a figura do poder soberano descrita por Thomas Hobbes, símbolo da autoridade necessária para conter o caos e garantir a ordem social. Entre ambos desenvolve-se o drama permanente da civilização. De um lado, as forças que aproximam os seres humanos por meio da cultura, da educação e do reconhecimento mútuo; de outro, as estruturas de poder que organizam, controlam e, por vezes,

restringem a liberdade.

A democracia nasce precisamente dessa tensão. Não pode sobreviver sem instituições, mas tampouco pode florescer sem sujeitos capazes de autonomia crítica. Não depende apenas de leis ou constituições, mas igualmente da formação ética e intelectual de seus cidadãos. Seu destino encontra-se ligado à capacidade humana de transformar impulsos em reflexão, antagonismos em diálogo e diferenças em convivência.

A presente obra não pretende oferecer respostas definitivas para os dilemas aqui examinados. Seu propósito é mais modesto e, ao mesmo tempo, mais ambicioso: contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios que atravessam a experiência democrática contemporânea. Trata-se de um convite ao pensamento, à crítica e ao exercício permanente de interrogação que sempre caracterizou as grandes tradições filosóficas.

Como ensinavam os antigos gregos, “Γνῶθι σεαυτόν” (Conhece-te a ti mesmo). E como escreveu Freud, “Wo Es war, soll Ich werden” (Onde estava o Id, deve advir o Eu). Entre essas duas sentenças estende-se todo o itinerário deste livro. Ambas apontam para a mesma tarefa: compreender que a liberdade não é um dom concedido pela história, mas uma conquista que exige consciência, responsabilidade e coragem.

Se a democracia continua sendo a mais audaciosa das experiências políticas humanas, é porque permanece fundada numa esperança fundamental: a de que os homens e mulheres, apesar de suas contradições, sejam capazes de construir um mundo comum sem renunciar à liberdade. É a essa esperança que as páginas seguintes são dedicadas.

"Nenhuma ordem política é capaz de transcender inteiramente os abismos da alma humana. As instituições mais sólidas repousam sobre subjetividades vulneráveis; as democracias mais avançadas dependem de cidadãos capazes de suportar a liberdade; e a história, por mais racional que pareça, continua atravessada pelos desejos, fantasias e conflitos que Freud identificou nas profundezas do inconsciente. Este livro é um convite a pensar a política não apenas como teoria do Estado, mas como arqueologia da condição humana."

Hipólito Valeriano

SUMÁRIO

Epígrafe	05
----------------	----

Apresentação	07
--------------------	----

Introdução	15
------------------	----

PARTE I

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E PSICANALÍTICOS DA LIBERDADE

Capítulo I

A Invenção da Liberdade e o Nascimento do Sujeito Político	27
--	----

Capítulo II

Freud e a Psicologia das Massas	55
---------------------------------------	----

Capítulo III

Carisma, Dominação e Fascínio	87
-------------------------------------	----

PARTE II

SUBJETIVIDADE, PODER E PATOLOGIAS DA DEMOCRACIA

Capítulo IV

Narcisismo, Sociedade do Espelho e a Crise da Alteridade	121
--	-----

Capítulo V

Biopoder e Governo dos Corpos	157
-------------------------------------	-----

Capítulo VI

Necropolítica e Soberania da Morte	193
--	-----

Capítulo VII

Nutricídio, Fome e Violência Estrutural	229
---	-----

PARTE III

A CRISE DA DEMOCRACIA NA ERA DIGITAL

Capítulo VIII

Os Inimigos Íntimos da Democracia	267
---	-----

Capítulo IX

Psicopolítica, Tecnologia e o Novo Leviatã Digital	305
--	-----

Capítulo X

A Psicanálise da Liberdade	345
----------------------------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre Eros e Leviatã:

A Democracia como Tarefa Ética da Civilização	385
---	-----

APÊNDICES

Glossário Filosófico, Psicanalítico e Político	405
--	-----

Bibliografia Estendida	427
------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

A questão da liberdade acompanha a história da civilização ocidental desde suas origens mais remotas. Das primeiras reflexões dos filósofos gregos às complexas discussões contemporâneas sobre democracia, direitos humanos e subjetividade, a humanidade jamais deixou de interrogar-se acerca das condições que tornam possível uma existência autenticamente livre.

Contudo, à medida que as sociedades se tornaram mais sofisticadas, também se tornaram mais complexas as formas de poder, dominação e dependência. A liberdade, outrora compreendida como ausência de servidão externa ou como participação direta nos assuntos da pólis, passou a revelar dimensões cada vez mais profundas, envolvendo não apenas instituições políticas e estruturas sociais, mas igualmente os mecanismos invisíveis que organizam a vida psíquica dos indivíduos.

É precisamente nesse ponto que a psicanálise introduz uma contribuição decisiva para a compreensão da política. Ao demonstrar que o sujeito humano encontra-se atravessado por desejos inconscientes, conflitos reprimidos, fantasias de poder e necessidades de reconhecimento, Sigmund Freud deslocou radicalmente os limites tradicionais da teoria política. A partir de suas formulações, tornou-se impossível conceber a vida coletiva como resultado exclusivo de decisões racionais ou de interesses objetivos. A política passou a ser reconhecida como espaço onde se manifestam afetos, identificações, medos, ressentimentos e esperanças que frequentemente escapam ao domínio da consciência.

A democracia, nesse contexto, deixa de representar apenas uma forma jurídica de organização social e passa a constituir também um delicado processo de elaboração simbólica das tensões inerentes à condição humana.

Ao longo dos séculos XX e XXI, tal problemática adquiriu relevância ainda maior. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação, a expansão do capitalismo global, as transformações culturais da modernidade tardia e a emergência das plataformas digitais alteraram profundamente a relação entre sujeito, poder e sociedade. O indivíduo contemporâneo encontra-se submetido a formas de influência que transcendem os mecanismos clássicos da autoridade política. Se outrora o poder se apresentava por meio de instituições claramente identificáveis, hoje ele opera através de dispositivos dispersos, algoritmos invisíveis, sistemas de vigilância, estratégias de produção de desejo e tecnologias de modulação comportamental. A dominação tornou-se mais sutil, mais eficiente e, frequentemente, mais difícil de ser reconhecida.

Nesse cenário, autores como Michel Foucault evidenciaram a passagem do poder soberano para formas de gestão da vida que denominaram biopoder. Achille Mbembe aprofundou essa análise ao demonstrar a existência de espaços sociais onde determinadas populações são submetidas a uma lógica necropolítica, sendo expostas sistematicamente à precariedade, ao abandono e à morte. Byung-Chul Han revelou que a modernidade digital inaugurou uma nova etapa dessa trajetória, caracterizada pela psicopolítica, isto é, pela administração dos desejos, das emoções e da própria subjetividade. Paralelamente, Elisabeth Roudinesco, Zygmunt Bauman, Cornelius Castoriadis, Hannah Arendt e Tzvetan Todorov mostraram que as crises contemporâneas da democracia não podem ser explicadas apenas por fatores institucionais ou econômicos. Elas possuem raízes culturais, simbólicas e psicológicas que exigem uma investigação mais abrangente.

A presente obra parte exatamente desse pressuposto. Seu objetivo consiste em examinar as relações entre psicanálise, liberdade, democracia e poder, compreendendo que tais categorias não podem ser analisadas isoladamente. A liberdade não existe sem sujeitos capazes de reconhecer suas próprias

determinações inconscientes. A democracia não subsiste sem cidadãos aptos a tolerar a diferença e a complexidade.

O poder não atua apenas através da coerção, mas também por intermédio da sedução, da identificação e da produção de sentidos. A vida política, portanto, encontra-se inseparavelmente ligada à vida psíquica.

A escolha da expressão Entre Eros e Leviatã procura sintetizar essa tensão fundamental. Eros, na tradição freudiana, simboliza as forças da vida, da criação, da cooperação e da cultura. Representa a capacidade humana de estabelecer vínculos, construir instituições e produzir formas superiores de convivência. Leviatã, por sua vez, remete à imagem formulada por Thomas Hobbes para designar a autoridade soberana encarregada de conter o caos e garantir a ordem social. Entre essas duas forças desenrola-se o drama permanente da civilização: a busca pelo equilíbrio entre liberdade e autoridade, autonomia e segurança, desejo e lei.

Ao mesmo tempo, esta investigação procura demonstrar que as ameaças à democracia contemporânea não são exclusivamente externas. Muitas delas emergem do interior das próprias sociedades democráticas. O narcisismo cultural, a fragmentação identitária, o enfraquecimento das instituições mediadoras, a expansão das tecnologias de vigilância, a polarização ideológica e a deterioração dos espaços públicos de deliberação representam desafios que exigem não apenas respostas políticas, mas também compreensão antropológica e psicanalítica. Como advertia Freud, nenhuma civilização consegue eliminar integralmente as tendências destrutivas presentes na natureza humana. A cultura consiste justamente no esforço permanente de transformar agressividade em convivência, força em direito e conflito em linguagem.

A reflexão aqui proposta inscreve-se, portanto, em uma tradição intelectual que une filosofia, psicanálise, sociologia e teoria política. Em diálogo com Platão, Aristóteles, Hobbes, Rousseau, Kant, Hegel, Freud, Lacan, Foucault, Arendt, Weber, Mbembe, Han, Roudinesco e diversos outros pensadores, este livro busca compreender como a subjetividade participa da construção dos regimes políticos e como os regimes políticos influenciam a constituição da subjetividade. Trata-se de investigar não apenas as instituições da democracia, mas também as condições psíquicas que tornam a democracia possível.

A hipótese central que orienta esta obra é que a crise contemporânea da democracia constitui simultaneamente uma crise da subjetividade. O enfraquecimento da capacidade crítica, a expansão do narcisismo social, a redução da política ao espetáculo e a crescente dificuldade de reconhecer a alteridade indicam que os desafios do presente ultrapassam as fronteiras tradicionais da teoria política. Não basta reformar instituições; é necessário compreender os processos pelos quais os indivíduos produzem sentido, constroem identidades e se relacionam com o poder.

Nesse sentido, a psicanálise oferece uma ferramenta privilegiada de investigação, pois permite compreender que as formas de dominação mais eficazes não são necessariamente aquelas que se impõem pela violência, mas aquelas que conseguem habitar os desejos dos próprios indivíduos.

A liberdade torna-se uma tarefa complexa porque exige não apenas emancipação das estruturas exteriores de opressão, mas também confronto com as dependências interiores que condicionam a experiência humana.

A antiga injunção délfica, “Γνῶθι σεαυτόν” (Conhece-te a ti mesmo), e a célebre formulação freudiana, “Wo Es war, soll Ich werden” (Onde estava o Id, deve advir o Eu), convergem para uma mesma exigência ética e civilizatória. Ambas indicam que a liberdade não é um estado dado, mas uma conquista. Ambas reconhecem que a autonomia depende do conhecimento de si. Ambas apontam para a necessidade de transformar aquilo que opera obscuramente em objeto de reflexão consciente.

É a partir dessa perspectiva que se desenvolvem as páginas seguintes. Elas constituem um convite à reflexão sobre o destino da democracia, sobre os limites do poder e sobre os desafios da liberdade em uma época na qual a luta pela autonomia passa, inevitavelmente, pela compreensão do próprio sujeito. Entre Eros e Leviatã, entre desejo e autoridade, entre inconsciente e política,

permanece aberta a questão fundamental da modernidade: como preservar a dignidade humana em um mundo onde as formas de dominação se tornam cada vez mais invisíveis e onde a liberdade continua sendo, simultaneamente, a mais preciosa e a mais frágil das conquistas civilizatórias?

CAPÍTULO I

A INVENÇÃO DA LIBERDADE E O NASCIMENTO DO SUJEITO POLÍTICO: ENTRE A AUTONOMIA DA CONSCIÊNCIA E OS LABIRINTOS DO INCONSCIENTE

"A liberdade não nasce quando as correntes exteriores são rompidas, mas quando o homem encontra coragem para confrontar as servidões que habitam sua própria alma."

Hipólito Valeriano

A história da civilização ocidental pode ser compreendida, em significativa medida, como a história das múltiplas tentativas humanas de compreender, conquistar e preservar a liberdade. Nenhum conceito exerceu influência tão profunda sobre a filosofia, a política, o direito e a cultura quanto a ideia de liberdade. Dos diálogos platônicos às democracias constitucionais contemporâneas, das cidades gregas às complexas sociedades tecnológicas do século XXI, a busca pela autonomia constituiu o horizonte permanente do pensamento humano. Todavia, a própria longevidade dessa problemática evidencia que a liberdade jamais se apresentou como realidade simples ou inequívoca. Ao contrário, cada época elaborou sua própria compreensão acerca do que significa ser livre, revelando que a liberdade constitui menos um estado alcançado do que uma tarefa incessantemente renovada.

Na tradição helênica, a liberdade não era concebida primordialmente como atributo individual, mas como condição política. O cidadão livre era aquele que participava da vida da pólis, deliberava sobre os assuntos comuns e assumia responsabilidades diante da comunidade. A existência humana encontrava seu sentido no espaço público. Aristóteles, em sua célebre definição do homem como "ζῷον πολιτικόν" (zoon politikon), reconhecia que a realização da natureza humana somente seria possível no interior da comunidade política. A vida isolada não representava liberdade, mas privação.

O indivíduo não era concebido como entidade autossuficiente; sua identidade emergia das relações sociais, éticas e políticas que estruturavam a existência coletiva.

A democracia ateniense, apesar de suas limitações históricas, inaugurou uma das mais significativas experiências políticas da humanidade ao vincular liberdade e participação. O ideal da ἐλευθερία (eleuthería) não designava ausência absoluta de restrições, mas a possibilidade de participar ativamente da construção do destino comum. A liberdade exigia responsabilidade. Pressupunha educação. Implicava formação ética. Nesse contexto, o cidadão era concebido como sujeito ativo da vida política, e não como mero espectador dos acontecimentos públicos.

A filosofia socrática aprofundou essa concepção ao deslocar a questão da liberdade para o terreno da consciência. A célebre inscrição do Templo de Apolo em Delfos,

"Γνῶθι σεαυτόν"

(Conhece-te a ti mesmo),

transformou-se em fundamento da tradição filosófica ocidental. O autoconhecimento passou a ser compreendido como condição indispensável da autonomia. Não poderia ser livre aquele que permanecesse escravo da ignorância, das paixões ou dos impulsos irrefletidos. A liberdade exigia trabalho interior. Antes de governar a cidade, o homem deveria aprender a governar a si mesmo.

Platão desenvolveu essa perspectiva ao afirmar que a verdadeira política deveria refletir a ordem da alma. Em sua concepção, uma cidade justa somente poderia surgir a partir de indivíduos capazes de harmonizar razão, vontade e desejo.

A tirania política correspondia, em última instância, à tirania das paixões sobre a consciência. A liberdade aparecia, portanto, como resultado de um processo de educação espiritual e intelectual destinado a ordenar as forças conflitantes da psique humana.

O mundo romano herdou e transformou esse legado. Os estoicos, especialmente Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio, enfatizaram uma dimensão interior da liberdade que posteriormente influenciaria profundamente a tradição cristã e moderna. Segundo os estoicos, nenhuma circunstância externa poderia privar completamente um indivíduo de sua liberdade, desde que ele preservasse a soberania sobre seus julgamentos e atitudes. A verdadeira escravidão não residia nas limitações impostas pelo mundo, mas na submissão às paixões desordenadas.

A máxima latina:

"Non est ad astra mollis e terris via."

(Não há caminho fácil da terra às estrelas.)

Expressava precisamente a compreensão de que a liberdade autêntica resulta de uma disciplina permanente da alma.

Com o advento do cristianismo, a questão da liberdade adquire novos contornos. Santo Agostinho desloca o problema para a relação entre vontade humana e transcendência divina. O conflito fundamental deixa de ocorrer apenas entre razão e desejo para manifestar-se entre graça e pecado. A liberdade passa a ser interpretada como possibilidade de escolha moral. Surge, desse modo, uma compreensão profundamente interiorizada da autonomia humana que influenciará decisivamente toda a filosofia ocidental posterior.

Entretanto, é na modernidade que ocorre uma transformação decisiva na história do conceito de liberdade. O colapso gradual da ordem medieval, a ascensão da ciência moderna, o fortalecimento da burguesia e a formação dos Estados nacionais produziram uma nova concepção do sujeito humano. O indivíduo emerge como centro da vida política e intelectual.

René Descartes inaugura simbolicamente essa ruptura ao afirmar:

"Cogito, ergo sum."

(Penso, logo existo.)

A subjetividade torna-se fundamento do conhecimento. O sujeito racional passa a ocupar o lugar anteriormente reservado às verdades reveladas ou às

tradições herdadas. A liberdade torna-se inseparável da autonomia da razão.

Posteriormente, pensadores como Thomas Hobbes, John Locke, Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau procurarão fundamentar teoricamente a legitimidade do Estado a partir dos direitos individuais. A liberdade deixa de ser apenas participação na comunidade e transforma-se em prerrogativa inerente ao indivíduo.

Rousseau formula uma das expressões mais influentes da filosofia política moderna ao afirmar que o homem nasce livre, mas encontra-se por toda parte acorrentado. Sua reflexão revela o paradoxo essencial da modernidade: como conciliar autonomia individual e vida coletiva? Como preservar a liberdade sem destruir a própria possibilidade da convivência social?

A resposta kantiana elevará essa problemática a um novo patamar. Para Immanuel Kant, a liberdade não consiste em fazer aquilo que se deseja, mas em agir segundo princípios racionalmente universalizáveis. A autonomia moral nasce quando o indivíduo se torna capaz de legislar para si mesmo. A liberdade deixa de ser simples ausência de restrições e converte-se em responsabilidade ética.

A filosofia alemã do século XIX aprofundará ainda mais essa discussão. Hegel compreende a liberdade como processo histórico de reconhecimento. Nenhum indivíduo torna-se plenamente livre em isolamento. A autonomia depende da mediação das instituições, da cultura e da vida social. A liberdade realiza-se através da história.

Entretanto, justamente quando a modernidade parecia consolidar uma imagem racional do sujeito, emerge uma das mais profundas revoluções intelectuais da história: a descoberta freudiana do inconsciente.

Sigmund Freud introduz uma ruptura radical na tradição filosófica ocidental ao demonstrar que a consciência não governa integralmente a vida psíquica.

O sujeito deixa de ser senhor absoluto de si mesmo. Pensamentos, desejos, fantasias e conflitos inconscientes participam decisivamente da formação da identidade e da conduta humana.

A célebre afirmação freudiana permanece uma das mais perturbadoras da modernidade:

"Das Ich ist nicht Herr im eigenen Hause."

(O eu não é senhor em sua própria casa.)

Com essa formulação, Freud altera profundamente a maneira de compreender a liberdade. Não basta libertar-se de tiranias externas. Existe uma dimensão de servidão interior que escapa ao controle consciente. O indivíduo pode acreditar que escolhe livremente enquanto permanece governado por desejos inconscientes, repetições compulsivas e identificações que desconhece.

A psicanálise desloca, assim, o problema político para uma dimensão inédita. O sujeito político não é um agente puramente racional. Ele é atravessado por conflitos, fantasias, medos e mecanismos psíquicos que influenciam sua relação com a autoridade, com o poder e com a coletividade.

Essa descoberta possui consequências profundas para a democracia. Se os indivíduos não são inteiramente transparentes para si mesmos, também as sociedades não podem ser compreendidas exclusivamente por categorias institucionais ou jurídicas. Os processos políticos envolvem paixões, identificações e desejos inconscientes.

Freud demonstrará posteriormente, em Psicologia das Massas e Análise do Eu, que os vínculos políticos frequentemente reproduzem estruturas emocionais originadas na infância. Os líderes podem ocupar simbolicamente posições parentais.

As massas podem organizar-se através de mecanismos de identificação afetiva. O poder opera simultaneamente sobre a razão e sobre o desejo.

Sob essa perspectiva, a liberdade democrática exige muito mais do que garantias constitucionais. Exige formação psíquica. Requer maturidade emocional. Pressupõe capacidade de reflexão crítica.

A tradição grega compreendia que a educação era condição indispensável da cidadania. A psicanálise acrescenta que a consciência de si mesmo constitui igualmente um requisito da autonomia política. Não existe democracia verdadeiramente sólida onde predominam impulsos autoritários inconscientes, ressentimentos coletivos ou fantasias messiânicas.

Nesse sentido, a liberdade continua sendo um projeto inacabado. Ela não pode ser reduzida à ausência de coerção nem confundida com a satisfação irrestrita dos desejos. A experiência histórica demonstra que indivíduos incapazes de governar a si próprios frequentemente procuram líderes que assumam essa função em seu lugar.

A antiga advertência de Goethe permanece extraordinariamente atual:

"Nur der verdient sich Freiheit wie das Leben, der täglich sie erobern muss."

(Somente merece a liberdade, assim como a vida, aquele que precisa conquistá-la diariamente.)

A invenção da liberdade não representa um acontecimento encerrado no passado. Trata-se de um processo contínuo que atravessa toda a história da civilização. Entre a razão dos filósofos gregos, a autonomia moral kantiana e a descoberta freudiana do inconsciente, emerge uma compreensão mais complexa do ser humano: um sujeito simultaneamente racional e desejante, consciente e inconsciente, político e psicológico.

É precisamente desse entrelaçamento entre pólis e psique, entre cidadania e inconsciente, entre liberdade e desejo, que nasce o sujeito político moderno. E é nesse mesmo terreno que se desenrolam as grandes disputas da democracia contemporânea. Afinal, a questão decisiva permanece a mesma desde Sócrates: como tornar-se verdadeiramente livre em um mundo onde as formas de servidão frequentemente assumem a aparência da própria liberdade?

Notas

¹ ARISTÓTELES. Política. Brasília: Editora UnB.

² PLATÃO. A República. São Paulo: Martins Fontes.

³ AGOSTINHO. O Livre-Arbitrio. Petrópolis: Vozes.

⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. São Paulo: Martins Fontes.

⁵ KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70.

⁶ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Martins Fontes.

⁷ FREUD, Sigmund. A Interpretação dos Sonhos. São Paulo: Companhia das Letras.

⁸ FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Eu. São Paulo: Companhia das Letras.

⁹ ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

¹⁰ CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CAPÍTULO II

FREUD E A PSICOLOGIA DAS MASSAS: O INCONSCIENTE DA POLÍTICA E A GÊNESE PSÍQUICA DO PODER

"Nenhuma multidão é constituída apenas por indivíduos; toda multidão é também constituída por fantasias, medos, desejos e reminiscências inconscientes que retornam ao palco da história sob a forma de poder."

Hipólito Valeriano

Entre as contribuições intelectuais mais decisivas para a compreensão da vida política moderna encontra-se a obra de Sigmund Freud. Embora identificado primordialmente como fundador da psicanálise, Freud realizou uma das análises mais profundas acerca dos mecanismos psicológicos que sustentam a organização das massas, a legitimidade das lideranças e a persistência dos fenômenos coletivos. Sua reflexão ultrapassa os limites da clínica individual para penetrar no domínio da cultura, da religião, da civilização e da política. Com ele, a vida pública deixa de ser interpretada exclusivamente como resultado de interesses econômicos, disputas institucionais ou escolhas racionais. A política passa a ser compreendida igualmente como expressão de forças inconscientes que atravessam indivíduos e coletividades.

Até o advento da psicanálise, predominava na tradição iluminista a convicção de que os seres humanos orientavam suas ações principalmente por critérios racionais. A crença na razão alimentava a esperança de que a educação, a ciência e o progresso conduziram inevitavelmente ao aperfeiçoamento das instituições políticas. Entretanto, os acontecimentos do início do século XX, marcados por nacionalismos exacerbados, guerras devastadoras e movimentos de massa de caráter irracional, evidenciaram os limites dessa interpretação otimista. Freud percebeu que existiam dimensões obscuras da experiência humana que escapavam às explicações puramente racionalistas.

A publicação de Psicologia das Massas e Análise do Eu (Massenpsychologie und Ich-Analyse), em 1921, constitui um marco fundamental nessa investigação. Nessa obra, Freud busca responder a uma questão decisiva: por que indivíduos capazes de reflexão relativamente autônoma tornam-se frequentemente subordinados, emocionais e irracionais quando inseridos em grupos organizados? O problema já havia sido abordado por autores como Gustave Le Bon, mas Freud oferece uma interpretação radicalmente nova ao utilizar os conceitos centrais da teoria psicanalítica para explicar os fenômenos políticos coletivos.

Sua tese fundamental consiste em afirmar que a massa não elimina os mecanismos inconscientes do indivíduo. Ao contrário, intensifica-os. Aquilo que

permanece parcialmente reprimido na existência cotidiana encontra, no grupo, condições favoráveis para sua expressão. A multidão não produz um novo sujeito; ela libera conteúdos psíquicos profundamente enraizados na constituição humana.

A vida coletiva, portanto, não suspende o inconsciente.

Ela o potencializa.

Ao analisar a dinâmica dos grupos, Freud observa que os indivíduos inseridos em uma massa tendem a experimentar significativa redução de suas capacidades críticas. Julgamentos que seriam submetidos à reflexão em circunstâncias normais são aceitos sem questionamento. Emoções tornam-se contagiosas. Crenças adquirem intensidade extraordinária. O pensamento complexo cede lugar a representações simplificadas da realidade.

Esse processo não ocorre por acaso. Sua origem encontra-se nos mecanismos de identificação.

A identificação constitui um dos conceitos mais importantes da psicanálise. Desde os primeiros anos da infância, a constituição da identidade depende das relações estabelecidas com figuras significativas. A criança forma seu eu mediante processos de imitação, admiração e internalização de características presentes nos pais ou em outras figuras de autoridade.

Freud percebe que a vida política reproduz essa dinâmica em escala coletiva.

Os líderes são frequentemente investidos das mesmas expectativas emocionais que anteriormente se dirigiam às figuras parentais. Eles tornam-se objetos de idealização. Recebem projeções de segurança, proteção e autoridade. O vínculo político revela-se inseparável de estruturas emocionais profundamente arcaicas.

A massa ama seu líder.

Confia nele.

Identifica-se com ele.

Submete-se a ele.

Não necessariamente em razão de seus argumentos, mas devido ao lugar simbólico que ocupa no imaginário coletivo.

Freud escreve que os indivíduos ligados a um mesmo líder estabelecem entre si uma identificação recíproca mediada pelo amor que dirigem à figura central da autoridade. Surge uma comunidade afetiva estruturada em torno de um mesmo objeto de investimento libidinal.

Nesse contexto, a célebre passagem latina:

"Ubi amor, ibi oculus."

(Onde existe amor, ali repousa o olhar.)

Assume Profunda Relevância Política.

O líder converte-se em objeto privilegiado da atenção coletiva. Suas qualidades são magnificadas. Seus defeitos são minimizados. Suas palavras adquirem valor quase absoluto. Quanto mais intensa a identificação, menor tende a ser a disposição crítica dos seguidores.

A compreensão freudiana lança luz sobre numerosos fenômenos históricos. Movimentos totalitários, cultos à personalidade, nacionalismos radicais e diversas formas de messianismo político revelam mecanismos semelhantes. Embora apresentem conteúdos ideológicos distintos, compartilham frequentemente uma mesma estrutura psicológica.

O sujeito procura no líder aquilo que imagina ter perdido em si mesmo.

Busca proteção contra a insegurança.

Procura ordem diante da angústia.

Deseja pertencimento em meio à fragmentação.

Essa tendência encontra fundamento em um dos aspectos mais profundos da condição humana: a dificuldade de suportar a liberdade.

A reflexão de Freud aproxima-se, nesse ponto, das análises posteriores de Erich Fromm. Em *O Medo à Liberdade*, Fromm argumenta que muitos indivíduos experimentam a autonomia não apenas como conquista, mas também como fardo. A liberdade implica responsabilidade, incerteza e exposição ao erro. Em determinadas circunstâncias históricas, torna-se psicologicamente mais confortável transferir essa responsabilidade para autoridades consideradas fortes ou providenciais.

A submissão política possui, assim, uma dimensão afetiva.

A obediência pode oferecer alívio.

A dependência pode produzir segurança.

O autoritarismo pode satisfazer necessidades emocionais profundas.

Tal perspectiva não pretende reduzir a política à psicologia. Pelo contrário, procura demonstrar que os processos políticos envolvem simultaneamente fatores econômicos, culturais, institucionais e psíquicos. O poder não opera apenas sobre interesses; opera também sobre desejos.

A descoberta freudiana adquire relevância ainda maior quando examinada à luz das transformações contemporâneas. As sociedades digitais multiplicaram exponencialmente os mecanismos de identificação coletiva. Redes sociais, plataformas multimídia e sistemas de comunicação instantânea ampliaram a velocidade de circulação dos afetos políticos. Emoções espalham-se com rapidez inédita. A indignação torna-se viral. O medo torna-se viral. A admiração torna-se viral.

Fenômenos que anteriormente exigiam longos processos organizacionais podem hoje emergir quase instantaneamente.

A política aproxima-se cada vez mais da economia da atenção.

Nesse cenário, a observação freudiana conserva impressionante atualidade. Os indivíduos continuam buscando figuras capazes de simbolizar seus anseios, medos e expectativas. A tecnologia modifica os meios, mas não elimina as estruturas fundamentais da experiência psíquica.

A reflexão freudiana estende-se ainda à própria origem da civilização. Em Totem e Tabu, ele propõe uma interpretação especulativa segundo a qual os vínculos sociais nasceriam de um crime fundador seguido pela internalização da autoridade. Independentemente das controvérsias antropológicas suscitadas por essa hipótese, seu valor filosófico permanece significativo. Freud sugere que a sociedade depende da transformação da força em lei e da violência em norma.

A política surge precisamente dessa passagem.

Sem instituições, prevalece a força bruta.

Sem limites, predominam os impulsos destrutivos.

Sem simbolização, a agressividade torna-se violência.

A célebre fórmula hobbesiana:

"Homo homini lupus."

(O homem é lobo do homem.)

encontra na psicanálise interpretação peculiar. O ser humano carrega potenciais destrutivos que precisam ser elaborados pela cultura. A civilização representa um esforço permanente para conter aquilo que Freud denominaria posteriormente pulsão de morte.

Essa problemática torna-se particularmente evidente em O Mal-Estar na Civilização. Nessa obra, Freud argumenta que a vida coletiva exige renúncias pulsionais inevitáveis. Os indivíduos precisam abrir mão de parte de seus desejos em favor da convivência social. A tensão entre liberdade individual e ordem coletiva nunca desaparece completamente. Constitui uma característica estrutural da existência humana.

A democracia, nesse sentido, não elimina os conflitos.

Ela os organiza.

Transforma antagonismos em debate.

Substitui a violência pela argumentação.

Canaliza paixões para instituições.

Contudo, essa conquista permanece sempre frágil.

Freud jamais compartilhou do otimismo excessivo de determinadas correntes progressistas. Sua visão da natureza humana era marcada por profundo realismo antropológico. O ser humano não é naturalmente harmonioso. É atravessado por impulsos contraditórios. Carrega simultaneamente capacidades de criação e destruição.

A tensão entre Eros e Thanatos, entre pulsão de vida e pulsão de morte, atravessa não apenas indivíduos, mas também sociedades inteiras.

A história política pode ser lida como expressão desse conflito permanente.

As democracias florescem quando conseguem fortalecer os vínculos cooperativos representados por Eros. Enfraquecem quando pulsões destrutivas encontram formas de expressão coletiva.

Nesse contexto, a psicanálise oferece uma importante lição para a teoria política contemporânea. Não existe sociedade plenamente imune ao autoritarismo. Não existe instituição capaz de eliminar definitivamente os riscos da regressão. A liberdade exige vigilância permanente. Exige educação. Exige elaboração simbólica. Exige consciência crítica.

Como observava Goethe:

"Der Mensch erkennt sich nur im Menschen."

(O homem conhece a si mesmo apenas através do homem.)

A política, longe de constituir simples disputa pelo poder, revela-se também espaço privilegiado de autoconhecimento coletivo. As sociedades encontram nos líderes, nas ideologias e nos conflitos públicos um espelho de suas próprias contradições.

Foi precisamente essa dimensão que Freud revelou ao demonstrar que a política possui um inconsciente.

E compreender esse inconsciente talvez seja uma das tarefas mais urgentes da democracia contemporânea.

Notas

¹ FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Eu. São Paulo: Companhia das Letras.

² FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. São Paulo: Penguin Classics.

³ FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴ LE BON, Gustave. Psicologia das Multidões. São Paulo: WMF Martins Fontes.

⁵ FROMM, Erich. O Medo à Liberdade. Rio de Janeiro: Zahar.

⁶ ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras.

⁷ WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Editora UnB.

⁸ LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar.

⁹ ROUDINESCO, Elisabeth. Por Que a Psicanálise?. Rio de Janeiro: Zahar.

¹⁰ TODOROV, Tzvetan. Os Inimigos Íntimos da Democracia. São Paulo: Companhia das Letras.

CAPÍTULO III

CARISMA, DOMINAÇÃO E FASCÍNIO: MAX WEBER, A EROTIZAÇÃO DO PODER E A SEDUÇÃO POLÍTICA DAS MASSAS

"O poder torna-se verdadeiramente perigoso quando deixa de ser obedecido por dever e passa a ser amado como destino."

Hipólito Valeriano

A história política da humanidade não pode ser compreendida exclusivamente pela análise das instituições, das leis ou das estruturas econômicas.

Por detrás dos sistemas jurídicos, das constituições e dos regimes governamentais existe uma dimensão mais profunda e frequentemente menos visível da experiência política: o fascínio exercido pela autoridade. Os homens não obedecem apenas porque são coagidos. Frequentemente obedecem porque acreditam, admiram, esperam e desejam. O poder não se sustenta somente pela força. Sustenta-se igualmente pelo imaginário. É nesse espaço de convergência entre psicologia coletiva, simbolismo cultural e autoridade política que emerge aquilo que Max Weber denominou dominação carismática.

Entre as diversas formas de legitimidade política analisadas pelo sociólogo alemão, o carisma ocupa uma posição singular. Enquanto a autoridade tradicional fundamenta-se na continuidade dos costumes e a autoridade legal-racional repousa sobre normas impessoais, a autoridade carismática apoia-se na crença coletiva de que determinado indivíduo possui qualidades extraordinárias. O líder carismático não governa primordialmente através das instituições; governa por meio da fé depositada em sua pessoa. Sua legitimidade nasce da percepção de excepcionalidade.

A palavra carisma possui origem grega. Deriva do termo χάρισμα (chárisma), que significa dom, graça ou favor extraordinário concedido pelos deuses. Na tradição cristã primitiva, o conceito passou a designar dons espirituais especiais atribuídos a certos indivíduos. Weber seculariza essa noção e a introduz no campo da sociologia política. O carisma deixa de ser fenômeno exclusivamente religioso para tornar-se categoria fundamental da compreensão das lideranças históricas.

Entretanto, a análise sociológica revela apenas parte do fenômeno. A verdadeira profundidade do carisma manifesta-se quando examinada à luz da psicanálise. O líder carismático não representa apenas uma figura política. Ele torna-se objeto de investimentos afetivos intensos. Sobre sua imagem projetam-se fantasias de proteção, redenção, ordem e pertencimento. A relação entre massas e lideranças frequentemente ultrapassa os limites da racionalidade programática, adquirindo características emocionais profundas.

Nesse sentido, a contribuição de Sigmund Freud revela-se indispensável. Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud demonstra que os grupos humanos organizam-se frequentemente através de mecanismos de identificação afetiva. O líder ocupa simbolicamente o lugar do ideal do eu, convertendo-se em referência comum para todos os membros da coletividade. Não se trata apenas de adesão intelectual. Trata-se de vínculo emocional.

A multidão não segue exclusivamente ideias.

Segue imagens.

Segue promessas.

Segue símbolos.

Segue representações idealizadas de si mesma.

O líder carismático funciona como espelho coletivo. Nele, a sociedade procura contemplar seus próprios anseios, suas expectativas e seus desejos de plenitude. Essa dinâmica explica por que determinadas figuras históricas exercem influência extraordinária mesmo quando seus programas políticos apresentam contradições evidentes.

A antiga observação latina:

"Vox populi, vox dei."

(A voz do povo é a voz de Deus.)

ilustra um aspecto ambivalente da vida política. O entusiasmo popular pode constituir força emancipadora. Contudo, pode igualmente converter-se em mecanismo de cegueira coletiva. A história demonstra que as multidões frequentemente confundem intensidade emocional com verdade.

A compreensão dessa realidade exige reconhecer que a política não opera apenas no plano consciente. Ela mobiliza estruturas arcaicas da experiência humana. O desejo de proteção, a necessidade de pertencimento e a busca por sentido constituem elementos permanentes da condição humana. Em períodos de instabilidade social, econômica ou cultural, essas disposições tornam-se particularmente intensas.

A crise favorece o carisma.

A incerteza fortalece o apelo dos salvadores.

O medo amplia a necessidade de líderes providenciais.

Em momentos de transformação histórica, a complexidade da realidade torna-se difícil de suportar. A multiplicidade dos problemas gera ansiedade coletiva. Surge então a tentação de simplificar o mundo através da concentração simbólica das esperanças em uma única figura.

Erich Fromm observou que a liberdade pode produzir angústia. O indivíduo moderno encontra-se frequentemente dividido entre o desejo de autonomia e a necessidade de segurança. A responsabilidade inerente à liberdade nem sempre é experimentada como conquista; muitas vezes é percebida como peso insuportável. Nesses contextos, a submissão voluntária pode oferecer alívio psicológico.

O fenômeno não se restringe aos regimes autoritários. Mesmo nas democracias consolidadas, a política permanece atravessada pela tendência à personalização. Líderes transformam-se em marcas. Campanhas eleitorais assumem características espetaculares. O debate programático é progressivamente substituído pela construção de imagens. A racionalidade institucional cede espaço à dramaturgia política.

Guy Debord observou que a modernidade tardia produziu uma sociedade orientada pelo espetáculo. A política contemporânea tornou-se um dos principais palcos dessa lógica. O líder não precisa apenas governar. Precisa aparecer. Precisa comunicar. Precisa produzir identificação permanente.

A imagem adquire valor superior à substância.

O símbolo supera o argumento.

A percepção prevalece sobre a realidade.

Essa transformação encontra terreno fértil nas tecnologias digitais. As redes sociais amplificaram extraordinariamente a capacidade de construção carismática. Nunca foi tão fácil produzir visibilidade. Nunca foi tão simples transformar figuras públicas em objetos permanentes de atenção coletiva. O carisma deixa de depender unicamente da presença física e passa a ser reproduzido algoritmicamente.

Nesse contexto, a análise de Byung-Chul Han revela particular relevância. O filósofo sustenta que a sociedade contemporânea é caracterizada pela substituição gradual das formas clássicas de autoridade por mecanismos mais sutis de sedução. O poder aprende a operar por intermédio do desejo.

A dominação não se impõe apenas por coerção. Ela se apresenta sob a forma de liberdade.

O carisma moderno participa dessa lógica.

Não exige obediência explícita.

Conquista adesão emocional.

Mobiliza afetos.

Produce identificação.

Faz com que os indivíduos desejem aquilo que o poder espera deles.

A questão adquire importância decisiva para a reflexão democrática. O problema não reside na existência de lideranças carismáticas. Grandes transformações históricas frequentemente dependeram da ação de indivíduos dotados de extraordinária capacidade mobilizadora. O risco surge quando a identidade coletiva passa a depender exclusivamente da figura do líder. Nesse momento, as instituições enfraquecem. A crítica torna-se suspeita. A divergência transforma-se em traição.

A democracia exige algo diferente.

Exige cidadãos capazes de admirar sem idolatrar.

Seguir sem abdicar do pensamento.

Participar sem renunciar à autonomia.

A tradição filosófica clássica compreendia essa questão com notável clareza. Platão advertia que a cidade corre perigo quando as paixões substituem a razão no governo dos assuntos públicos. Aristóteles insistia que a estabilidade política depende da virtude cívica e do equilíbrio institucional. Ambos reconheciam que nenhuma comunidade pode sobreviver indefinidamente apoiada apenas no entusiasmo.

As instituições existem precisamente porque os indivíduos são falíveis.

O constitucionalismo moderno nasce dessa consciência.

Nenhum homem é suficientemente sábio para receber poder ilimitado.

Nenhuma liderança deve substituir a lei.

Nenhum governante deve ocupar o lugar das instituições.

A célebre observação de Goethe conserva impressionante atualidade:

"Alles Vergängliche ist nur ein Gleichnis."

(Tudo aquilo que é transitório é apenas um símbolo.)

A liderança política também é transitória. O carisma pertence à esfera da contingência histórica. As instituições pertencem à esfera da permanência civilizatória. Quando as sociedades confundem essas dimensões, tornam-se vulneráveis a processos de regressão autoritária.

A psicanálise acrescenta a essa reflexão uma dimensão ainda mais profunda. O fascínio pelo líder revela frequentemente um desejo inconsciente de retorno à proteção simbólica representada pela autoridade parental. A figura carismática encarna a promessa de eliminar a insegurança, dissolver conflitos e restaurar uma unidade imaginária. Todavia, essa promessa jamais pode ser integralmente cumprida.

A condição humana é marcada pela falta.

A política não elimina essa falta.

Apenas organiza suas consequências.

Quando se espera do poder aquilo que somente a maturidade psíquica poderia proporcionar, cria-se o terreno propício para a idolatria política.

A liberdade começa precisamente quando os cidadãos reconhecem essa limitação fundamental.

Como ensinavam os antigos gregos:

"Μέτρον ἄριστον."

(A medida é a melhor das coisas.)

Talvez nenhuma máxima seja mais apropriada para a compreensão do carisma e do poder. Entre a anarquia e o autoritarismo, entre a submissão e a arrogância, entre a idolatria e o desprezo pelas lideranças, a democracia exige equilíbrio. O verdadeiro líder não é aquele que substitui a consciência dos cidadãos, mas aquele que os ajuda a exercê-la plenamente.

Sob essa perspectiva, o carisma pode servir à democracia ou ameaçá-la. Tudo depende de sua relação com as instituições, com a crítica e com a liberdade. O

poder torna-se legítimo quando reconhece seus próprios limites. Torna-se perigoso quando passa a acreditar que não os possui.

Notas

¹ WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Editora UnB.

² WEBER, Max. A Política como Vocação. São Paulo: Cultrix.

³ FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Eu. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴ FROMM, Erich. O Medo à Liberdade. Rio de Janeiro: Zahar.

⁵ ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶ DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

⁷ HAN, Byung-Chul. Psicopolítica. Belo Horizonte: Âyin.

⁸ TODOROV, Tzvetan. Os Inimigos Íntimos da Democracia. São Paulo: Companhia das Letras.

⁹ PLATÃO. A República. São Paulo: Martins Fontes.

¹⁰ ARISTÓTELES. Política. Brasília: Editora UnB.

CAPÍTULO IV

NARCISISMO, SOCIEDADE DO ESPELHO E A CRISE DA ALTERIDADE: UMA GENEALOGIA PSICANALÍTICA DA SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA

*"A civilização adoece quando os espelhos se multiplicam mais rapidamente do
que as consciências."*

Hipólito Valeriano

O narcisismo constitui uma das categorias mais decisivas para a compreensão da subjetividade moderna e das patologias políticas que caracterizam a contemporaneidade. Se o século XIX foi marcado pela descoberta da historicidade da cultura e o século XX pela descoberta do inconsciente, pode-se afirmar que o século XXI tornou-se o cenário privilegiado da hipertrofia narcísica como forma predominante de organização psíquica e social. A questão não se reduz ao amor excessivo por si mesmo, interpretação demasiadamente simplificadora do conceito freudiano. Trata-se, antes, de uma transformação estrutural da relação do sujeito com a realidade, com o desejo,

com a alteridade e com a verdade.

Em *Zur Einführung des Narzißmus* (Introdução ao Narcisismo, 1914), Sigmund Freud identificou o narcisismo como momento constitutivo do desenvolvimento humano. O eu investe inicialmente sua própria imagem de libido, constituindo um centro organizador da experiência subjetiva. Entretanto, aquilo que em sua origem possui função estruturante pode converter-se, em determinadas circunstâncias históricas, em princípio patológico de funcionamento civilizatório. A modernidade tardia parece representar precisamente esse fenômeno.

A cultura contemporânea encontra-se organizada em torno de uma economia da visibilidade. O reconhecimento substitui o conhecimento; a exibição substitui a reflexão; a imagem substitui a substância. Aquilo que Guy Debord denominou "sociedade do espetáculo" alcança sua expressão máxima na civilização digital, na qual a existência parece adquirir legitimidade apenas quando mediada por dispositivos de exposição pública. A subjetividade passa a depender da visibilidade para confirmar sua própria realidade.

A antiga máxima délfica:

"Γνῶθι σεαυτόν"

(Conhece-te a ti mesmo)

foi progressivamente substituída por um novo imperativo cultural:

"Mostra-te ao mundo."

Esse deslocamento não é trivial. Enquanto a tradição filosófica clássica privilegiava o autoconhecimento como fundamento da liberdade, a racionalidade digital converte a visibilidade em valor supremo. Surge uma subjetividade orientada pela lógica da performance e da autopromoção permanente.

Byung-Chul Han observa que o sujeito neoliberal se converte simultaneamente em explorador e explorado de si mesmo. Ao contrário das sociedades disciplinares descritas por Michel Foucault, nas quais a coerção externa desempenhava papel central, o neoliberalismo produz sujeitos que incorporam voluntariamente as exigências do sistema. A dominação torna-se imanente. O indivíduo transforma-se em empresário de sua própria subjetividade.

Nas palavras de Han:

"Der Neoliberalismus ist ein Ausbeutungsregime der Freiheit."

(O neoliberalismo é um regime de exploração da liberdade.)

Essa formulação possui profunda relevância política. O narcisismo contemporâneo não representa apenas um fenômeno psicológico. Constitui uma tecnologia de poder. Indivíduos radicalmente concentrados na administração de sua imagem tornam-se progressivamente incapazes de construir vínculos públicos duradouros. A esfera política dissolve-se em uma sucessão de performances identitárias.

Nesse contexto, a reflexão de Christopher Lasch revela extraordinária atualidade. Em *A Cultura do Narcisismo*, o autor sustenta que as sociedades modernas produziram uma personalidade caracterizada pela fragilidade emocional, pela dependência do reconhecimento externo e pela incapacidade de estabelecer compromissos duradouros. O sujeito narcísico vive permanentemente assombrado pela insuficiência e busca compensá-la através da validação contínua.

A democracia sofre diretamente os efeitos dessa transformação. A cidadania pressupõe capacidade de reconhecer o outro como sujeito legítimo. Requer disposição para o diálogo, para a divergência e para a construção de consensos imperfeitos. O narcisismo, ao contrário, tende a absolutizar perspectivas particulares, transformando diferenças em antagonismos absolutos.

Elizabeth Roudinesco observa que a cultura contemporânea produziu uma paradoxal combinação entre individualismo extremo e fragilidade subjetiva. O eu torna-se simultaneamente hipervalorizado e profundamente instável. Nunca se proclamou tanto a singularidade individual, e nunca os indivíduos pareceram tão dependentes da aprovação coletiva.

A crise da alteridade emerge precisamente nesse ponto. O outro deixa de ser experimentado como interlocutor e passa a ser percebido como ameaça à integridade narcísica. O dissenso converte-se em agressão. A divergência transforma-se em ofensa. O espaço público torna-se campo de batalhas identitárias.

Jacques Lacan antecipou essa problemática ao desenvolver a teoria do estádio do espelho. Segundo o psicanalista francês, o eu constitui-se originalmente pela identificação imaginária com uma imagem idealizada. A subjetividade nasce marcada por uma alienação estrutural. O sujeito identifica-se com aquilo que vê e busca incessantemente reencontrar uma completude que jamais possuiu.

Lacan afirmava:

"Le moi est une formation imaginaire."

(O eu é uma formação imaginária.)

A cultura digital universalizou essa condição. As redes sociais constituem imensos dispositivos de espelhamento coletivo, nos quais milhões de indivíduos permanecem aprisionados em ciclos intermináveis de comparação, exposição e validação.

Paralelamente, a política tornou-se progressivamente colonizada por lógicas narcísicas. Líderes políticos transformam-se em celebridades. Debates públicos convertem-se em espetáculos emocionais. Discursos simplificadores substituem análises complexas. A imagem triunfa sobre o argumento.

Tzvetan Todorov alertava que a democracia depende da capacidade de reconhecer a legitimidade da pluralidade. Quando grupos ou indivíduos passam a considerar-se detentores exclusivos da verdade, inicia-se um processo de degradação da vida democrática. O narcisismo coletivo produz precisamente essa dinâmica. A identidade torna-se absoluto moral e impede o reconhecimento da diferença.

A tragédia contemporânea consiste em que a sociedade mais conectada da história tornou-se também uma das mais solitárias. O excesso de comunicação não produz necessariamente compreensão. A proliferação de imagens não gera conhecimento. A multiplicação de contatos não garante vínculos autênticos.

Como advertia Martin Heidegger:

"Die Sprache ist das Haus des Seins."

(A linguagem é a morada do ser.)

No entanto, a linguagem contemporânea encontra-se crescentemente submetida à lógica da aceleração informacional. O diálogo é substituído pela reação instantânea. O pensamento cede lugar à opinião. A contemplação torna-se impossível.

Do ponto de vista político, essa condição favorece o surgimento de formas inéditas de manipulação coletiva. Sujeitos narcisicamente fragilizados tendem a procurar líderes que ofereçam reconhecimento, pertencimento e sentido. O vazio existencial converte-se em matéria-prima para projetos autoritários.

A tradição clássica compreendia que a liberdade exigia autodomínio. Platão, Aristóteles e os estoicos insistiam que a autonomia deveria ser conquistada através da educação da alma. A modernidade substituiu parcialmente essa perspectiva por concepções jurídicas da liberdade. A psicanálise, entretanto, recoloca a questão em novos termos ao demonstrar que nenhuma emancipação política é possível sem elaboração psíquica.

A democracia depende da existência de sujeitos capazes de suportar frustrações, ambiguidades e diferenças. Onde predomina o narcisismo, proliferam intolerância, ressentimento e polarização.

A antiga advertência latina permanece extraordinariamente atual:

"Nosce te ipsum."

(Conhece-te a ti mesmo.)

Talvez a crise da democracia contemporânea seja, em última instância, a manifestação política de uma crise mais profunda: a incapacidade crescente do sujeito de enfrentar a própria interioridade. Quando a consciência se torna incapaz de habitar o silêncio, buscará incessantemente refúgio na imagem. E quando a imagem substitui a verdade, a liberdade converte-se em ilusão.

Notas

¹ FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo. Obras Completas.

² LASCH, Christopher. A Cultura do Narcisismo. Rio de Janeiro: Imago.

³ HAN, Byung-Chul. Psicopolítica. Belo Horizonte: Âyin.

⁴ DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

⁵ LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar.

⁶ ROUDINESCO, Elisabeth. O Eu Soberano. Rio de Janeiro: Zahar.

⁷ TODOROV, Tzvetan. Os Inimigos Íntimos da Democracia. São Paulo: Companhia das Letras.

⁸ HEIDEGGER, Martin. Carta sobre o Humanismo.

CAPÍTULO V

BIOPODER E GOVERNO DOS CORPOS: MICHEL FOUCAULT, A ADMINISTRAÇÃO DA VIDA E AS NOVAS FORMAS DE SOBERANIA

"O poder mais duradouro não é aquele que se impõe pela espada, mas aquele que aprende a habitar os corpos, organizar os desejos e administrar silenciosamente a própria vida."

Hipólito Valeriano

A compreensão do poder constitui uma das questões centrais da filosofia política desde a Antiguidade. Contudo, a partir do século XX, a reflexão acerca da autoridade, da soberania e dos mecanismos de dominação sofreu uma profunda reconfiguração teórica. O trabalho de Michel Foucault inaugurou uma das mais importantes rupturas epistemológicas do pensamento contemporâneo ao demonstrar que o poder não pode ser interpretado apenas como uma estrutura jurídica, institucional ou repressiva. O poder não é simplesmente aquilo que proíbe; é também aquilo que produz. Não apenas limita; igualmente organiza. Não apenas reprime; fabrica subjetividades, regula comportamentos e modela formas de existência.

A tradição política ocidental, desde Aristóteles até Hobbes, concentrou-se predominantemente na questão da legitimidade do governo. Procurava-se compreender quem deveria governar, em nome de quais princípios e mediante quais mecanismos institucionais. Foucault desloca radicalmente o problema. Em vez de perguntar quem governa, investiga como os indivíduos são governados. Tal mudança metodológica inaugura uma nova arqueologia do poder.

Em suas análises sobre o nascimento da modernidade, Foucault demonstra que a sociedade ocidental assistiu ao surgimento de formas inéditas de intervenção política sobre a vida humana.

O poder soberano clássico, cuja expressão máxima residia no direito de matar, foi gradualmente substituído por tecnologias destinadas a administrar a existência biológica das populações. O Estado moderno deixa de operar exclusivamente pela punição e passa a concentrar-se na gestão da vida.

Surge, então, aquilo que Foucault denominou biopoder.

A célebre formulação foucaultiana sintetiza essa transformação histórica:

"Faire vivre et laisser mourir."

"Fazer viver e deixar morrer."

A soberania tradicional possuía como prerrogativa central o direito de decidir sobre a morte. O biopoder, em contraste, organiza-se em torno da produção, conservação e administração da vida. A política torna-se progressivamente inseparável da biologia.

A partir do século XVIII, a população converte-se em objeto privilegiado de intervenção estatal. Nascimento, mortalidade, fecundidade, saúde pública, epidemias, higiene urbana, produtividade econômica e expectativa de vida passam a integrar os cálculos do governo. O Estado transforma a existência humana em categoria estatística.

A vida torna-se objeto de conhecimento.

E aquilo que se torna objeto de conhecimento converte-se igualmente em objeto de gestão.

Sob essa perspectiva, hospitais, escolas, prisões, quartéis, censos demográficos, sistemas educacionais e instituições sanitárias deixam de ser compreendidos como estruturas isoladas. Constituem elementos de uma vasta rede biopolítica destinada a produzir sujeitos adaptados às exigências da ordem social.

O corpo humano transforma-se em território político.

A antiga máxima latina:

"Mens sana in corpore sano."

adquire significado profundamente distinto na modernidade. O corpo saudável deixa de ser apenas ideal ético ou filosófico. Passa a representar exigência econômica, administrativa e governamental.

O indivíduo saudável produz mais.

O trabalhador disciplinado gera maior rendimento.

O estudante adaptado torna-se mais funcional.

O cidadão previsível oferece menos riscos à estabilidade social.

Nesse sentido, a racionalidade biopolítica encontra-se intimamente associada ao desenvolvimento do capitalismo moderno.

Entretanto, o aspecto mais sofisticado dessa transformação consiste no fato de que o biopoder não atua prioritariamente através da violência explícita. Sua eficácia decorre precisamente de sua invisibilidade. Diferentemente dos antigos mecanismos de coerção, que se manifestavam por meio do castigo físico ou da ameaça visível, os dispositivos biopolíticos operam mediante processos de normalização.

A sociedade moderna produz padrões.

Esses padrões estabelecem aquilo que é considerado normal ou anormal, saudável ou patológico, aceitável ou desviante.

Gradualmente, os próprios indivíduos passam a vigiar a si mesmos.

A dominação torna-se interiorizada.

Foucault identifica nessa dinâmica o nascimento do que denomina "sociedade disciplinar". O sujeito moderno é educado para organizar seu tempo, controlar seu corpo, regular seus impulsos e administrar sua própria conduta. A vigilância deixa de depender exclusivamente da presença de autoridades externas.

A consciência converte-se em instrumento de monitoramento contínuo.

Essa interpretação encontra profunda ressonância na teoria psicanalítica. Freud já havia demonstrado que a constituição da civilização depende da internalização da autoridade. O superego emerge precisamente como instância encarregada de vigiar, julgar e disciplinar o indivíduo.

Em *O Mal-Estar na Civilização*, Freud observa que a cultura exige a renúncia pulsional. Nenhuma sociedade pode existir sem limites impostos aos desejos individuais. O problema surge quando tais limitações transformam-se em mecanismos excessivos de controle subjetivo.

A célebre observação freudiana permanece atual:

"Das Ich ist nicht Herr im eigenen Hause."

"O eu não é senhor em sua própria casa."

A psicanálise demonstra que a autonomia humana encontra-se permanentemente tensionada por forças inconscientes. Foucault amplia essa perspectiva ao revelar que tais forças não são apenas intrapsíquicas; são igualmente históricas, institucionais e políticas.

A modernidade produz indivíduos convencidos de sua liberdade ao mesmo tempo em que multiplica sofisticados dispositivos de controle.

Tal paradoxo alcança seu ápice na contemporaneidade digital.

As tecnologias algorítmicas ampliaram extraordinariamente a capacidade de

coleta, processamento e interpretação de informações sobre populações inteiras. Cada deslocamento geográfico, cada interação virtual, cada preferência cultural e cada manifestação emocional passam a integrar gigantescos bancos de dados administrados por corporações e governos.

O corpo biológico transforma-se progressivamente em corpo informacional.

Surge aquilo que alguns autores denominam "dataficação da existência".

O sujeito contemporâneo produz rastros digitais praticamente ininterruptos. Esses rastros permitem prever comportamentos, influenciar decisões e direcionar escolhas.

Byung-Chul Han observa que a sociedade digital inaugura uma nova etapa da biopolítica. O poder já não se limita à regulação dos corpos. Passa a administrar emoções, desejos e processos cognitivos.

Essa transição prepara o terreno para aquilo que o filósofo sul-coreano denomina psicopolítica.

Desse ponto de vista, o biopoder não desaparece.

Ele se aprofunda.

A administração da vida torna-se administração da subjetividade.

A antiga imagem do Leviatã hobbesiano, representando uma autoridade visível e centralizada, cede espaço a mecanismos descentralizados de monitoramento disseminados por toda a estrutura social.

O cidadão participa voluntariamente de sua própria vigilância.

Compartilha informações.

Expõe hábitos.

Registra emoções.

Constrói arquivos detalhados sobre si mesmo.

A servidão deixa de apresentar o rosto do tirano e assume a aparência sedutora da conectividade.

Do ponto de vista democrático, essa transformação levanta questões profundas. Até que ponto a liberdade permanece possível quando a vida inteira é convertida em objeto de análise estatística?

Como preservar a autonomia individual em sociedades caracterizadas pela hipertransparência? Que formas de resistência podem ser construídas diante de tecnologias capazes de antecipar comportamentos humanos?

Tais perguntas conduzem inevitavelmente ao coração do problema biopolítico contemporâneo.

A democracia moderna nasceu sob o signo da emancipação. Contudo, a mesma racionalidade que ampliou direitos, promoveu avanços sanitários e prolongou a expectativa de vida desenvolveu igualmente mecanismos sem precedentes de monitoramento social.

Essa ambivalência constitui a grande questão da modernidade.

Em grego clássico, a palavra liberdade era expressa por "ἐλευθερία" (eleuthería). Entretanto, para os gregos, a liberdade jamais significava ausência absoluta de limites. Tratava-se da capacidade de participar conscientemente da vida comum.

A lição permanece atual.

A defesa da liberdade exige compreender os mecanismos que procuram governá-la.

A crítica foucaultiana não deve ser interpretada como rejeição das instituições modernas, mas como convite permanente à vigilância filosófica. Toda forma de poder, mesmo quando orientada por intenções aparentemente benéficas, contém potencialidades disciplinadoras que precisam ser permanentemente

questionadas.

Como advertia Goethe:

"Wer die Menschen gewinnen will, muss ihre Natur verstehen."

"Quem deseja governar os homens deve compreender sua natureza."

Talvez possamos acrescentar uma correção contemporânea a essa sentença: quem deseja preservar a liberdade humana precisa compreender igualmente as formas invisíveis pelas quais o poder se infiltra na própria vida.

A história da civilização não é apenas a história das instituições.

É também a história dos corpos.

E compreender os corpos significa compreender os modos pelos quais o poder produz, administra, disciplina e transforma a existência humana.

Notas

¹ FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal.

² FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.

³ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes.

⁴ FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. São Paulo: Companhia das Letras.

⁵ FREUD, Sigmund. O Ego e o Id. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶ HAN, Byung-Chul. Psicopolítica. Belo Horizonte: Âyin.

⁷ AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua. Belo Horizonte: UFMG.

⁸ HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes.

⁹ MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições.

¹⁰ WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Editora UnB.

CAPÍTULO VI

NECROPOLÍTICA E SOBERANIA DA MORTE: ACHILLE MBEMBE, A DESUMANIZAÇÃO DO OUTRO E AS FRONTEIRAS CONTEMPORÂNEAS

DA BARBÁRIE

"Toda civilização revela sua verdade mais profunda não apenas na forma como protege a vida, mas sobretudo na maneira como decide quais vidas podem ser abandonadas à morte."

Hipólito Valeriano

Se a reflexão de Michel Foucault permitiu compreender como a modernidade organizou mecanismos destinados à administração da vida, a obra de Achille Mbembe revelou um aspecto igualmente fundamental e perturbador da política contemporânea: a administração da morte. A partir dessa perspectiva, torna-se insuficiente analisar as estruturas de poder apenas sob a ótica da regulação dos corpos, da disciplina social ou da gestão biológica das populações. É necessário investigar as formas pelas quais determinados grupos humanos são sistematicamente expostos à precariedade, ao abandono, à violência e à eliminação.

Surge então aquilo que Mbembe denominou necropolítica, conceito destinado a compreender a capacidade do poder soberano de decidir quem deve viver e quem pode morrer.

Em sua formulação clássica, a soberania sempre esteve associada à possibilidade de decidir sobre a vida e a morte. Desde as reflexões de Thomas Hobbes, passando pela teoria do Estado moderno e pelas concepções jurídicas da autoridade, o poder político foi tradicionalmente concebido como detentor do monopólio legítimo da violência. Entretanto, Mbembe demonstra que as transformações ocorridas ao longo dos séculos XX e XXI produziram formas inéditas de exercício dessa soberania. Já não se trata apenas da eliminação física direta dos inimigos do Estado. A morte política pode manifestar-se através da exclusão sistemática, da negação de direitos fundamentais, da exposição permanente à insegurança, da privação de recursos essenciais e da redução de populações inteiras à condição de vidas descartáveis.

Essa análise exige uma reconsideração profunda da própria ideia de humanidade. A tradição iluminista acreditava que a universalização dos direitos e o avanço da racionalidade conduziriam gradualmente a formas mais elevadas de convivência social. Os acontecimentos do século XX, contudo, demonstraram que o progresso técnico não implica necessariamente progresso moral. As guerras mundiais, os genocídios, os campos de concentração, os regimes totalitários e os processos coloniais evidenciaram que a modernidade produziu simultaneamente emancipação e destruição.

Nesse contexto, a reflexão de Mbembe estabelece um diálogo crítico tanto com Foucault quanto com Hannah Arendt. Enquanto Foucault analisava os mecanismos de gestão da vida, Mbembe concentra sua atenção naquelas regiões da existência humana onde a vida deixa de ser protegida e passa a ser considerada dispensável. Enquanto Arendt descrevia a transformação dos seres humanos em indivíduos supérfluos nos regimes totalitários, Mbembe procura compreender como essa lógica continua operando em múltiplos cenários contemporâneos.

A questão fundamental torna-se inevitável: quem é reconhecido como plenamente humano?

A resposta a essa pergunta não é meramente filosófica.

Ela é política.

Ela é econômica.

Ela é histórica.

Ela é civilizatória.

As sociedades modernas proclamam a igualdade universal. Contudo, a realidade frequentemente revela a existência de hierarquias implícitas de humanidade. Certos grupos recebem proteção institucional ampla. Outros permanecem vulneráveis à violência estrutural, à exclusão econômica, ao encarceramento em massa, à perseguição étnica, ao deslocamento forçado e à invisibilidade social.

A necropolítica emerge precisamente nesse espaço de desigualdade radical.

Ela opera quando a morte deixa de ser evento excepcional e transforma-se em condição permanente de determinados setores da população.

Ela manifesta-se quando comunidades inteiras vivem sob ameaça contínua.

Ela aparece quando a sobrevivência torna-se privilégio.

A antiga máxima latina:

"Mors ultima linea rerum est."

(A morte é o limite final de todas as coisas.)

Adquire novo significado sob a perspectiva necropolítica. Em determinadas formações sociais, a morte deixa de constituir apenas um destino biológico universal e converte-se em instrumento de organização política.

Ao analisar os territórios coloniais, Mbembe demonstra que a colonização não representou apenas exploração econômica. Constituiu igualmente um laboratório de administração da morte. Povos inteiros foram submetidos a sistemas nos quais sua existência era considerada secundária diante dos interesses imperiais. A violência colonial produziu zonas de não humanidade, espaços nos quais direitos, cidadania e dignidade eram sistematicamente negados.

Essa lógica não desapareceu com o fim formal dos impérios coloniais.

Ela assumiu novas formas.

Persistiu em conflitos armados.

Manifestou-se em regimes de segregação.

Reapareceu em fronteiras militarizadas.

Sobreviveu em estruturas globais de desigualdade.

A modernidade tardia continua produzindo territórios onde a vida humana possui valor diferenciado.

O conceito de necropolítica torna-se particularmente relevante quando aplicado às crises contemporâneas dos refugiados, às populações deslocadas por guerras, às periferias submetidas à violência crônica e aos milhões de indivíduos que vivem sob condições permanentes de precariedade extrema. Em todos esses cenários, observa-se algo mais profundo do que a simples ausência do Estado.

Observa-se uma forma específica de soberania.

Uma soberania que administra o abandono.

Uma soberania que organiza a exclusão.

Uma soberania que transforma populações inteiras em sujeitos descartáveis.

A reflexão de Giorgio Agamben aproxima-se significativamente dessa análise. Em sua teoria da vida nua (zoé), Agamben demonstra como certos indivíduos podem ser reduzidos à mera existência biológica, privados da proteção que normalmente acompanha o pertencimento político. O homo sacer, figura central de sua reflexão, representa aquele cuja morte deixa de possuir relevância jurídica ou simbólica.

Essa condição encontra inquietante ressonância na realidade contemporânea.

Milhões de pessoas vivem em situações de suspensão permanente.

Nem plenamente incluídas.

Nem completamente excluídas.

Nem completamente vivas enquanto sujeitos políticos.

Nem oficialmente mortas.

Condenadas a uma existência precária situada entre a cidadania e a invisibilidade.

Do ponto de vista psicanalítico, essas dinâmicas possuem implicações profundas. A exclusão sistemática não produz apenas sofrimento social. Produz sofrimento psíquico. O trauma coletivo instala-se quando gerações inteiras crescem em contextos marcados pela humilhação, pelo abandono e pela desproteção. A violência não afeta apenas os corpos. Afeta igualmente a memória, a identidade e a capacidade de simbolização.

Sigmund Freud, em suas reflexões sobre a civilização, advertia que a vida coletiva depende da capacidade de conter impulsos destrutivos. A cultura representa um esforço contínuo para transformar agressividade em convivência. Quando as instituições falham nessa tarefa, emerge aquilo que Freud posteriormente identificaria como manifestação da pulsão de morte (Todestrieb).

A necropolítica pode ser compreendida precisamente como institucionalização dessa pulsão destrutiva.

Não mais em sua dimensão individual.

Mas em sua forma coletiva.

A história oferece exemplos dramáticos desse processo. O século XX assistiu a regimes que transformaram a eliminação de seres humanos em projeto administrativo. O genocídio, a limpeza étnica e a perseguição sistemática demonstraram que a racionalidade moderna pode ser mobilizada tanto para preservar quanto para destruir a vida.

Nesse sentido, a observação de Zygmunt Bauman permanece particularmente relevante. Em sua análise do Holocausto, Bauman argumenta que as grandes catástrofes modernas não resultaram de ausência de racionalidade, mas frequentemente de sua instrumentalização burocrática. A morte deixou de ser ato impulsivo para tornar-se procedimento administrativo.

Essa constatação modifica profundamente a forma de compreender a barbárie.

A barbárie não representa necessariamente o oposto da civilização.

Ela pode emergir do interior da própria civilização.

Pode utilizar suas tecnologias.

Pode apropriar-se de suas instituições.

Pode falar a linguagem da eficiência.

É precisamente essa ambiguidade que torna o conceito de necropolítica tão relevante para a compreensão do presente.

As democracias contemporâneas também enfrentam esse desafio. Embora estruturadas sobre princípios de igualdade e direitos, não estão imunes à produção de formas seletivas de exclusão. A defesa da democracia exige vigilância permanente contra processos que transformam diferenças sociais em

hierarquias ontológicas. Nenhuma comunidade política permanece verdadeiramente democrática quando admite que determinadas vidas possuem menor valor do que outras.

A tradição filosófica grega utilizava o conceito de ἀξία (axía) para designar valor, dignidade e mérito. A democracia somente preserva sua legitimidade quando reconhece igual dignidade em todos os seres humanos. Quando esse princípio é relativizado, inicia-se o caminho que conduz à exclusão sistemática e, em suas formas extremas, à necropolítica.

Essa reflexão adquire importância ainda maior no contexto tecnológico contemporâneo. Sistemas algorítmicos, mecanismos de vigilância massiva e estruturas globais de poder econômico criam novas formas de classificação social. O risco não reside apenas na exclusão material. Reside igualmente na produção de categorias humanas diferenciadas segundo critérios de utilidade, produtividade ou relevância econômica.

A dignidade humana, entretanto, não pode ser reduzida à funcionalidade.

Não pode ser medida por índices de mercado.

Não pode depender da posição ocupada em estruturas de poder.

A tradição humanista, de Sócrates a Arendt, de Santo Agostinho a Roudinesco, insiste precisamente nesse ponto: a humanidade constitui valor anterior a qualquer classificação política, econômica ou cultural.

Por essa razão, a luta contra a necropolítica não é apenas uma questão institucional.

É uma exigência ética.

É uma tarefa filosófica.

É uma responsabilidade civilizatória.

Como escreveu o poeta latino Terêncio:

"Homo sum, humani nihil a me alienum puto."

(Sou homem; nada do que é humano considero estranho a mim.)

Talvez essa antiga máxima constitua uma das respostas mais profundas às formas contemporâneas de exclusão. Enquanto houver seres humanos tratados como descartáveis, a democracia permanecerá incompleta. Enquanto determinadas vidas forem consideradas menos dignas de proteção, a promessa universal da liberdade continuará inacabada.

A necropolítica começa quando esquecemos a humanidade do outro.

A civilização começa quando a reconhecemos.

Notas

¹ MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições.

² FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal.

³ ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴ AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua. Belo Horizonte: UFMG.

⁵ FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶ FREUD, Sigmund. Além do Princípio do Prazer. São Paulo: Companhia das Letras.

⁷ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Zahar.

⁸ HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes.

⁹ TODOROV, Tzvetan. Os Inimigos Íntimos da Democracia. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁰ ROUDINESCO, Elisabeth. Por Que a Psicanálise?. Rio de Janeiro: Zahar.

CAPÍTULO VII

NUTRICÍDIO, FOME E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL: A POLÍTICA DA ESCASSEZ E A ADMINISTRAÇÃO DA VULNERABILIDADE HUMANA

"Poucas formas de violência são tão cruéis quanto aquela que mata lentamente enquanto preserva a aparência da normalidade."

Hipólito Valeriano

A história da humanidade pode ser narrada, em larga medida, como a história da luta pela sobrevivência. Antes das grandes construções filosóficas, antes das instituições políticas e mesmo antes das formulações jurídicas que deram origem às civilizações complexas, o ser humano foi confrontado por uma questão elementar: a necessidade de alimentar-se. A alimentação não constitui apenas uma exigência biológica. Ela representa uma condição ontológica da existência, um fundamento material da dignidade humana e uma das expressões mais profundas da relação entre natureza, cultura e poder.

Nenhuma sociedade pode florescer onde a fome permanece estrutural. Nenhuma democracia alcança plena legitimidade quando parcelas significativas de sua população são privadas dos meios indispensáveis à sobrevivência.

Contudo, a fome não pode ser compreendida exclusivamente como fenômeno natural. Essa interpretação, recorrente em diversos períodos históricos, revela-se insuficiente diante das evidências acumuladas pelas ciências sociais, econômicas e políticas. As grandes crises alimentares da modernidade raramente decorreram apenas da escassez absoluta de alimentos. Em inúmeros casos, resultaram de decisões políticas, estruturas econômicas excludentes e mecanismos de distribuição profundamente desiguais. A miséria frequentemente não é consequência da falta de recursos, mas da maneira como esses recursos são administrados.

É nesse contexto que emerge o conceito de nutrícidio, uma categoria crítica destinada a compreender formas silenciosas e estruturalmente organizadas de destruição da vida humana. O nutrícidio não corresponde simplesmente à fome

individual. Trata-se de um fenômeno social e político no qual populações inteiras são progressivamente privadas das condições mínimas necessárias para uma existência digna. Diferentemente dos processos clássicos de extermínio físico, o nutrídio opera de maneira gradual, invisível e frequentemente legitimada por discursos econômicos, burocráticos ou ideológicos.

A morte não se apresenta sob a forma imediata da violência armada.

Ela manifesta-se na ausência de alimentos.

Na precariedade nutricional.

Na insegurança alimentar permanente.

Na deterioração progressiva do corpo.

Na erosão silenciosa da esperança.

Sob essa perspectiva, a fome transforma-se em instrumento de poder.

A antiga expressão latina:

"Primum vivere, deinde philosophari."

(Primeiro viver, depois filosofar.)

revela uma verdade fundamental frequentemente esquecida pelos sistemas políticos. Nenhuma elaboração cultural, jurídica ou espiritual pode substituir as condições materiais indispensáveis à sobrevivência. A liberdade, a cidadania e os direitos humanos tornam-se conceitos vazios quando a vida biológica encontra-se ameaçada.

Essa problemática foi examinada com extraordinária profundidade pelo economista e filósofo Amartya Sen, cuja análise das grandes fomes modernas revolucionou a compreensão das crises humanitárias. Sen demonstrou que diversas catástrofes alimentares ocorreram em contextos nos quais os alimentos continuavam disponíveis. O problema não residia necessariamente na produção, mas no acesso. A fome emerge quando indivíduos e comunidades perdem sua capacidade econômica, política ou social de obter os recursos necessários à subsistência.

Essa conclusão possui profundas implicações filosóficas.

Ela desloca a fome do domínio da fatalidade para o domínio da responsabilidade.

Transforma uma questão aparentemente natural em problema ético e político.

Obriga as sociedades a confrontarem suas próprias estruturas de desigualdade.

A reflexão torna-se ainda mais complexa quando analisada à luz do pensamento de Achille Mbembe. Se a necropolítica descreve os mecanismos pelos quais determinados grupos são expostos à morte, o nutrídio pode ser compreendido como uma de suas manifestações mais silenciosas e persistentes. A fome crônica representa uma forma difusa de administração da vulnerabilidade. Ela não elimina instantaneamente. Ela desgasta. Corrói lentamente as possibilidades da existência.

A privação alimentar produz consequências que ultrapassam amplamente a esfera biológica.

Afeta a aprendizagem.

Compromete o desenvolvimento cognitivo.

Fragiliza a saúde física.

Amplifica o sofrimento psíquico.

Reduz expectativas de vida.

Limita a participação política.

Enfraquece os vínculos comunitários.

Em última análise, compromete a própria capacidade de exercer cidadania.

Nesse sentido, o nutrício deve ser compreendido como forma específica de violência estrutural. Trata-se de um conceito desenvolvido por Johan Galtung para descrever situações nas quais as desigualdades sociais produzem sofrimento sem que exista necessariamente um agressor identificável. A violência estrutural encontra-se incorporada às instituições, aos sistemas econômicos e às dinâmicas históricas. Ela não depende de atos individuais de crueldade. Sua força reside precisamente em sua normalização.

As sociedades acostumam-se à desigualdade.

Naturalizam a pobreza.

Transformam a exclusão em rotina.

Aprendem a conviver com sofrimentos evitáveis.

A fome, nesse contexto, deixa de ser percebida como escândalo moral e converte-se em dado estatístico.

Essa banalização da precariedade constitui um dos aspectos mais preocupantes da modernidade tardia. Hannah Arendt, ao refletir sobre a banalidade do mal, demonstrou que algumas das maiores tragédias históricas não resultaram necessariamente de monstros excepcionais, mas da incapacidade coletiva de reconhecer a dimensão ética das próprias ações.

A mesma lógica pode ser observada em contextos de exclusão alimentar. Quando a miséria é reduzida a mero indicador econômico, perde-se a percepção de seu significado humano.

A psicanálise oferece uma contribuição particularmente relevante para essa discussão. Desde suas formulações iniciais, Sigmund Freud reconheceu a centralidade das experiências ligadas à alimentação na constituição da vida psíquica. A fase oral, descrita em seus estudos sobre o desenvolvimento infantil, representa um dos primeiros momentos da formação subjetiva. O alimento não é apenas nutriente. É também vínculo, cuidado, proteção e reconhecimento.

A criança alimentada experimenta simultaneamente satisfação biológica e acolhimento emocional.

A fome prolongada produz efeitos inversos.

Introduz experiências de ausência.

Gera insegurança.

Fragiliza os processos de constituição da confiança básica.

Compromete a relação do sujeito com o mundo.

Sob essa perspectiva, o nutrício não destrói apenas organismos biológicos.

Desorganiza igualmente universos simbólicos.

A pobreza extrema frequentemente transmite-se de geração em geração não apenas porque reproduz limitações econômicas, mas porque produz marcas psíquicas profundas que afetam expectativas, vínculos e projetos de vida.

Essa realidade foi observada por inúmeros estudiosos da exclusão social. Pierre Bourdieu, por exemplo, demonstrou que a desigualdade reproduz-se por meio de mecanismos culturais e simbólicos que ultrapassam a simples distribuição da renda. A privação material converte-se frequentemente em limitação das próprias possibilidades imaginativas dos indivíduos. A escassez não restringe apenas o presente.

Condiciona o futuro.

Reduz horizontes.

Enfraquece a esperança.

Empobrece as formas de sonhar.

O nutrídio revela, assim, uma dimensão existencial frequentemente negligenciada pelas abordagens econômicas tradicionais. A fome não significa apenas ausência de comida. Significa redução das possibilidades humanas.

Aristóteles afirmava que a finalidade da pólis consistia em promover a vida boa. A política não deveria limitar-se a garantir sobrevivência biológica. Sua função seria criar condições para o florescimento humano. Sob essa perspectiva clássica, qualquer organização social incapaz de assegurar alimentação adequada a seus membros fracassa em uma de suas tarefas fundamentais.

A tradição judaico-cristã alcança conclusão semelhante. A preocupação com o alimento aparece de maneira recorrente tanto nos textos hebraicos quanto nos evangelhos. O pão torna-se símbolo simultaneamente material e espiritual. Alimentar o faminto converte-se em exigência ética.

A máxima grega:

"Ἄρτος καὶ δικαιοσύνη"

(Pão e justiça)

Embora não provenha de uma formulação clássica específica, sintetiza adequadamente a relação entre sobrevivência e ordem social. Não existe justiça onde a fome predomina. Não existe cidadania plena onde o alimento permanece privilégio.

Na contemporaneidade, a questão adquire novos contornos. O desenvolvimento tecnológico permitiu níveis inéditos de produção agrícola. Nunca a humanidade foi capaz de produzir tantos alimentos. Paradoxalmente, milhões de seres humanos continuam enfrentando situações de insegurança alimentar. Essa contradição evidencia que o problema central não reside apenas na produtividade, mas na distribuição e no acesso.

A crítica ao nutrídio não constitui rejeição da economia ou do progresso tecnológico.

Constitui convocação ética.

Convite à responsabilidade.

Exigência de reconhecimento da dignidade humana.

A defesa da democracia exige mais do que eleições periódicas, instituições sólidas ou garantias jurídicas. Exige condições mínimas para que todos possam participar efetivamente da vida social. A fome não é apenas problema de saúde pública. É obstáculo à liberdade. É negação da cidadania. É forma de exclusão política.

Como escreveu o poeta latino Juvenal:

"*Mens sana in corpore sano.*"

(Uma mente sã em um corpo sã.)

A sentença adquire significado profundamente político. Onde faltam condições materiais básicas, também se enfraquecem as condições para o exercício da autonomia, da educação e da participação democrática.

Por essa razão, o combate ao nutrícióio deve ser compreendido como tarefa civilizatória. Não se trata apenas de alimentar corpos, mas de preservar a própria humanidade das sociedades. A história demonstra que comunidades incapazes de proteger seus membros mais vulneráveis comprometem os fundamentos éticos de sua existência coletiva.

Em última instância, a forma como uma sociedade enfrenta a fome revela aquilo que pensa sobre a dignidade humana. O alimento não é apenas recurso biológico.

É reconhecimento.

É pertencimento.

É cidadania.

É humanidade.

Notas

¹ SEN, Amartya. Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation. Oxford: Oxford University Press, 1981.

² MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

³ GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. Journal of Peace Research, 1969.

⁴ ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal. São Paulo: Companhia das Letras.

⁵ FREUD, Sigmund. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶ BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes.

⁷ ARISTÓTELES. Política. Brasília: Editora UnB.

⁸ BAUMAN, Zygmunt. Vida para Consumo. Rio de Janeiro: Zahar.

⁹ CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social. Petrópolis: Vozes.

¹⁰ ROUDINESCO, Elisabeth. Por Que a Psicanálise?. Rio de Janeiro: Zahar.

CAPÍTULO VIII

OS INIMIGOS ÍNTIMOS DA DEMOCRACIA: TZVETAN TODOROV, O NARCISISMO POLÍTICO E A DECOMPOSIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

"As democracias raramente são destruídas por seus adversários declarados; frequentemente são corroídas pelos excessos de suas próprias virtudes quando estas deixam de reconhecer seus limites."

Hipólito Valeriano

Entre as inúmeras inquietações que marcam a contemporaneidade, poucas se mostram tão decisivas para o destino da civilização quanto a crise da democracia. Embora os regimes democráticos tenham alcançado extraordinária expansão após as grandes transformações políticas do século XX, assiste-se simultaneamente ao surgimento de fenômenos que desafiam seus fundamentos mais profundos. Polarização ideológica, radicalização discursiva, populismos de distintas orientações, descrédito institucional, crise de representação, fragmentação social e erosão da esfera pública constituem sintomas visíveis de um mal-estar cuja complexidade ultrapassa interpretações simplistas. A democracia não enfrenta apenas ameaças externas. Enfrenta igualmente adversários que emergem de seu próprio interior, alimentados pelas contradições inerentes à modernidade e pelas fragilidades da condição humana.

Foi precisamente essa problemática que levou o filósofo e historiador das ideias Tzvetan Todorov a formular uma das análises mais penetrantes da política contemporânea. Em sua obra *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, Todorov sustenta que os maiores perigos para os regimes democráticos não procedem necessariamente de forças explicitamente antidemocráticas. Muitas vezes surgem da deformação de princípios originalmente legítimos. A liberdade, quando absolutizada, pode converter-se em individualismo destrutivo; a busca por identidade pode degenerar em tribalismo político; a defesa do povo pode transformar-se em populismo autoritário. A democracia torna-se vulnerável justamente quando perde a capacidade de preservar o equilíbrio entre valores fundamentais.

Essa observação remete imediatamente à antiga sabedoria grega. Os pensadores helênicos desconfiavam profundamente dos excessos. A ética aristotélica organizava-se em torno da noção de medida, proporção e equilíbrio. A virtude surgia como ponto intermediário entre extremos igualmente perigosos. A máxima:

"Μέτρον ἄριστον."

(A medida é a melhor das coisas.)

Expressa uma das mais duradouras lições da filosofia política ocidental. Quando a liberdade deixa de reconhecer limites, converte-se em desagregação. Quando a autoridade se emancipa de qualquer controle, transforma-se em tirania. Quando a identidade torna-se absoluta, gera exclusão. A democracia depende permanentemente da difícil arte da moderação.

Entretanto, a cultura contemporânea parece cada vez menos disposta a acolher essa herança. As sociedades digitais favoreceram a expansão de formas intensificadas de subjetivação política. O indivíduo passou a organizar sua relação com o mundo por meio de pertencimentos emocionais imediatos e identidades cada vez mais rígidas. O espaço público, que deveria constituir ambiente de deliberação racional, converte-se progressivamente em arena de afirmações narcísicas. A verdade cede lugar à convicção. O argumento é substituído pelo posicionamento. O debate transforma-se em combate.

Nesse contexto, as contribuições da psicanálise adquirem relevância singular. Desde Freud, sabe-se que o ser humano não busca apenas a verdade. Busca igualmente reconhecimento. Busca pertencimento. Busca confirmação de suas crenças mais profundas. O sujeito frequentemente prefere uma ilusão que lhe ofereça segurança a uma verdade que exija revisão de si mesmo.

A política contemporânea explora intensamente essa inclinação.

Narrativas ideológicas simplificadas oferecem conforto.

Discursos polarizadores fornecem identidade.

Explicações maniqueístas produzem sensação de clareza.

O mundo complexo e ambíguo torna-se psicologicamente mais tolerável quando reduzido a categorias elementares de amigos e inimigos.

Essa dinâmica aproxima-se daquilo que Freud descreveu como mecanismos de identificação coletiva. Grupos políticos passam a funcionar como comunidades emocionais. A adesão ideológica deixa de ser apenas intelectual. Torna-se afetiva. A crítica interna torna-se difícil porque ameaça não apenas opiniões, mas estruturas identitárias profundamente arraigadas.

Sob essa perspectiva, a democracia enfrenta um paradoxo fundamental. Sua sobrevivência depende da diversidade de opiniões. Contudo, a mesma pluralidade que constitui sua riqueza pode converter-se em fonte de fragmentação quando desaparecem os referenciais comuns capazes de sustentar a convivência entre diferenças.

A reflexão de Hannah Arendt ilumina de maneira notável esse problema. Para Arendt, a política surge do encontro entre pluralidades. Não existe política onde todos pensam exatamente da mesma forma. A esfera pública nasce precisamente do reconhecimento da alteridade. A liberdade não consiste em eliminar diferenças, mas em construir espaços onde elas possam coexistir sem recorrer à violência.

Entretanto, a contemporaneidade parece experimentar uma crise dessa capacidade.

Os indivíduos encontram-se cada vez mais próximos tecnologicamente.

E cada vez mais distantes simbolicamente.

Multiplicam-se os meios de comunicação.

Empobrecem-se os espaços de compreensão.

Expandem-se as conexões.

Enfraquecem-se os vínculos.

O resultado é um ambiente social marcado por crescente fragilidade deliberativa.

Nesse cenário, o fenômeno populista merece atenção particular. Embora frequentemente utilizado de maneira imprecisa, o conceito refere-se a formas de mobilização política que reivindicam representar diretamente a vontade autêntica do povo contra elites percebidas como corruptas ou distantes. O problema não reside necessariamente na crítica às elites, dimensão legítima de qualquer democracia. O risco emerge quando a pluralidade social é reduzida a uma identidade homogênea e quando a complexidade institucional é apresentada como obstáculo à expressão de uma suposta vontade popular unificada.

O populismo tende a produzir uma ficção política sedutora.

A ideia de que existe um povo puro.

Uma vontade única.

Um interesse indivisível.

Uma verdade compartilhada por todos os membros da comunidade.

Contudo, as sociedades democráticas são necessariamente heterogêneas. Elas contêm interesses divergentes, visões de mundo incompatíveis e projetos distintos de futuro. A tentativa de eliminar essa pluralidade conduz frequentemente à exclusão de grupos considerados estranhos ou desviantes.

A psicanálise permite compreender por que tais narrativas exercem tamanho fascínio. O desejo de unidade acompanha a experiência humana desde suas origens. O conflito produz ansiedade. A diferença gera insegurança. A multiplicidade desafia as necessidades narcísicas de completude. O imaginário político frequentemente oferece compensações simbólicas para essas tensões.

Em linguagem lacaniana, poder-se-ia afirmar que o sujeito procura no discurso político um objeto capaz de preencher sua falta estrutural.

Mas essa promessa jamais pode ser cumprida.

Nenhuma ideologia elimina a condição humana.

Nenhuma liderança resolve definitivamente o conflito.

Nenhuma identidade suprime a incompletude constitutiva do sujeito.

A insistência em buscar tais soluções conduz inevitavelmente à frustração e ao ressentimento.

A obra de Byung-Chul Han contribui significativamente para essa análise ao destacar como a sociedade contemporânea expandiu formas de individualismo que coexistem paradoxalmente com processos intensos de conformismo coletivo. O sujeito neoliberal acredita ser inteiramente autônomo, mas encontra-se frequentemente submetido a mecanismos invisíveis de padronização cultural. A liberdade converte-se em performance. A autenticidade transforma-se em obrigação.

O narcisismo contemporâneo não fortalece necessariamente o indivíduo.

Frequentemente o fragiliza.

A identidade torna-se dependente de validações externas.

A autoestima passa a depender do reconhecimento imediato.

A opinião converte-se em extensão do próprio eu.

Nesse contexto, o desacordo político tende a ser vivido como agressão pessoal.

A democracia torna-se mais difícil.

Porque a democracia exige precisamente a capacidade de conviver com o dissenso.

A tradição romana possuía uma consciência aguda dessa realidade. A famosa expressão:

"Senatus Populusque Romanus"

(O Senado e o Povo Romano)

Simbolizava a necessidade de equilibrar diferentes fontes de legitimidade. Nenhuma parte da comunidade política poderia reivindicar sozinha a totalidade da autoridade. A estabilidade dependia do reconhecimento de limites mútuos.

Esse ensinamento permanece extraordinariamente atual. As democracias sobrevivem não porque eliminam conflitos, mas porque criam instituições capazes de administrá-los pacificamente. O pluralismo não constitui defeito da democracia. Constitui sua essência.

Quando essa consciência desaparece, surgem os verdadeiros inimigos íntimos

da vida democrática.

O extremismo moral.

O dogmatismo ideológico.

A absolutização das identidades.

A demonização do adversário.

A recusa ao diálogo.

A substituição da argumentação pela indignação permanente.

Todos esses fenômenos compartilham uma característica comum: a incapacidade de reconhecer a legitimidade da diferença.

Nesse sentido, a crise democrática contemporânea revela algo mais profundo do que disputas eleitorais ou divergências institucionais. Ela expressa uma crise da própria subjetividade política. A democracia exige cidadãos capazes de suportar a incerteza, tolerar ambiguidades e reconhecer limites. Exige maturidade psíquica. Exige educação ética. Exige formação crítica.

Por essa razão, a defesa da democracia não pode limitar-se à preservação de procedimentos formais. Requer igualmente a formação de uma cultura política orientada pela responsabilidade, pela prudência e pelo reconhecimento recíproco.

Como observava Alexis de Tocqueville, as instituições democráticas dependem, em última instância, dos costumes, valores e disposições morais daqueles que as habitam.

Sem essas condições, as leis tornam-se frágeis.

As constituições tornam-se insuficientes.

As garantias jurídicas tornam-se vulneráveis.

A democracia transforma-se em mera aparência.

A tradição latina oferece uma advertência que resume admiravelmente essa problemática:

"Corruptio optimi pessima."

(A corrupção do melhor é a pior das corrupções.)

Os maiores perigos para a democracia nem sempre procedem de seus inimigos declarados. Frequentemente emergem da deformação de seus próprios princípios. Quando a liberdade degenera em egoísmo, quando a igualdade converte-se em uniformidade e quando a participação transforma-se em fanatismo, inicia-se um processo de erosão interna cujas consequências podem ser devastadoras.

Ainda assim, a democracia permanece uma das mais extraordinárias conquistas da civilização. Sua fragilidade não constitui sinal de fracasso, mas expressão de sua complexidade. Ela exige dos indivíduos algo raro na história humana: a disposição de compartilhar o mundo com aqueles que pensam diferentemente.

Talvez resida aí sua maior grandeza.

E seu maior desafio.

Notas

¹ TODOROV, Tzvetan. Os Inimigos Íntimos da Democracia. São Paulo:

Companhia das Letras.

² ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

³ ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴ FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Eu. São Paulo: Companhia das Letras.

⁵ LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar.

⁶ HAN, Byung-Chul. Psicopolítica. Belo Horizonte: Âyin.

⁷ TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. São Paulo: Martins Fontes.

⁸ WEBER, Max. A Política como Vocação. São Paulo: Cultrix.

⁹ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar.

¹⁰ ROUDINESCO, Elisabeth. Por Que a Psicanálise?. Rio de Janeiro: Zahar.

CAPÍTULO IX

PSICOPOLÍTICA, TECNOLOGIA E O NOVO LEVIATÃ DIGITAL: BYUNG-CHUL HAN, A COLONIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE E A METAMORFOSE DO PODER NA ERA DOS ALGORITMOS

"O poder atinge sua forma mais sofisticada quando já não necessita ordenar, porque aprendeu a habitar os desejos daqueles que julgam ser inteiramente livres."

Hipólito Valeriano

A história das formas de dominação pode ser compreendida como a história das metamorfoses do poder. Ao longo dos séculos, os mecanismos de controle social assumiram configurações diversas, acompanhando as transformações econômicas, culturais e tecnológicas da civilização. Do poder soberano das monarquias absolutas às sociedades disciplinares descritas por Michel

Foucault, das estruturas burocráticas analisadas por Max Weber aos sistemas totalitários investigados por Hannah Arendt, cada época desenvolveu instrumentos específicos destinados a governar indivíduos e populações. Contudo, as primeiras décadas do século XXI revelam o surgimento de uma configuração inédita, cuja sofisticação ultrapassa muitas das categorias clássicas da teoria política. Trata-se de um poder que já não se limita ao controle dos corpos, nem depende exclusivamente da vigilância institucional. Seu campo privilegiado de atuação é a própria subjetividade. Sua matéria-prima são os desejos, as emoções, as preferências e os impulsos inconscientes dos indivíduos. É esse fenômeno que Byung-Chul Han denomina psicopolítica.

A emergência dessa nova forma de poder está intimamente associada à revolução digital. A expansão da internet, das redes sociais, dos sistemas de inteligência artificial, dos dispositivos móveis e das plataformas de coleta de dados transformou profundamente a maneira pela qual os seres humanos se relacionam com o conhecimento, com a comunicação e consigo mesmos.

Nunca houve tanta circulação de informação. Nunca foi tão fácil produzir conteúdo, criar conexões ou compartilhar experiências. Todavia, essa ampliação das possibilidades comunicativas trouxe consigo uma transformação silenciosa da própria condição subjetiva.

A liberdade tornou-se objeto de captura.

A espontaneidade converteu-se em recurso econômico.

A atenção transformou-se em mercadoria.

A intimidade tornou-se dado.

O comportamento converteu-se em informação processável.

Sob essa perspectiva, o poder contemporâneo diferencia-se profundamente das formas clássicas de dominação. O soberano descrito por Thomas Hobbes governava por intermédio da autoridade centralizada. O Estado disciplinar analisado por Foucault controlava os corpos mediante vigilância institucional. O neoliberalismo digital, porém, desenvolve mecanismos muito mais sutis.

Ele não proíbe.

Ele induz.

Não impõe.

Estimula.

Não censura necessariamente.

Orienta.

Não reprime diretamente.

Seduz.

A eficácia dessa forma de poder reside precisamente em sua invisibilidade.

Como observa Han, a sociedade contemporânea abandonou progressivamente a negatividade característica das antigas formas disciplinares. Em vez da coerção explícita, predominam estímulos positivos: produtividade, desempenho, visibilidade, autorrealização e permanente otimização de si mesmo.

O indivíduo acredita agir livremente quando, na realidade, encontra-se inserido em estruturas que direcionam silenciosamente suas escolhas.

A célebre observação alemã de Han sintetiza essa condição:

"Der Neoliberalismus ist ein Ausbeutungsregime der Freiheit."

(O neoliberalismo é um regime de exploração da liberdade.)

A frase possui extraordinária profundidade filosófica. Tradicionalmente, a liberdade era concebida como antítese da dominação. Han demonstra que, no capitalismo digital, a própria liberdade torna-se instrumento de exploração. O indivíduo trabalha continuamente sobre si mesmo. Investe permanentemente em sua imagem. Produz incessantemente dados. Oferece espontaneamente informações que anteriormente somente poderiam ser obtidas mediante vigilância coercitiva.

A servidão transforma-se em participação voluntária.

Essa transformação não pode ser compreendida sem referência à psicanálise. Freud demonstrou que o ser humano não age exclusivamente segundo critérios racionais. Desejos inconscientes, fantasias narcísicas e necessidades de reconhecimento influenciam profundamente a conduta individual. O ambiente digital foi construído precisamente para explorar tais disposições psíquicas.

As plataformas não vendem apenas serviços.

Elas comercializam atenção.

As redes sociais não oferecem apenas comunicação.

Oferecem reconhecimento.

Os algoritmos não distribuem apenas informações.

Distribuem gratificações simbólicas.

Cada curtida, cada comentário, cada compartilhamento mobiliza circuitos emocionais ligados ao prazer, à aprovação e ao pertencimento.

Nesse contexto, o sujeito torna-se simultaneamente consumidor e produtor das estruturas que o condicionam.

A análise de Jacques Lacan oferece importante contribuição para a compreensão desse fenômeno. Ao afirmar que o desejo humano é estruturalmente mediado pelo desejo do outro, Lacan revelou que a identidade nunca é inteiramente autônoma. O sujeito busca incessantemente reconhecimento. Procura confirmação simbólica de sua existência. A cultura digital transforma essa necessidade antropológica em mecanismo permanente de engajamento.

A fórmula lacaniana:

"Le désir de l'homme est le désir de l'Autre."

(O desejo do homem é o desejo do Outro.)

Encontra, na contemporaneidade, uma realização tecnológica sem precedentes.

Milhões de indivíduos organizam suas experiências em torno da expectativa de validação.

A existência torna-se espetáculo.

A subjetividade converte-se em vitrine.

A identidade transforma-se em projeto permanente de gestão.

O resultado é a produção de uma nova forma de narcisismo social.

Esse narcisismo, contudo, distingue-se significativamente daquele descrito por Freud no início do século XX. Já não se trata apenas de investimento libidinal no próprio eu. Trata-se de uma subjetividade permanentemente exposta, constantemente mensurada e continuamente submetida à avaliação pública. O indivíduo passa a existir sob o olhar ininterrupto dos outros e, sobretudo, dos algoritmos.

A antiga vigilância observava os corpos.

A nova vigilância observa comportamentos.

Observa emoções.

Observa preferências.

Observa padrões cognitivos.

Observa desejos.

Dessa forma, a reflexão de Han aproxima-se da teoria do panóptico desenvolvida por Foucault, mas também a ultrapassa. O panóptico clássico dependia da presença de uma autoridade observadora. O panóptico digital opera de maneira descentralizada. Todos observam todos. Todos produzem informações. Todos participam do mesmo sistema.

O controle torna-se horizontal.

A vigilância torna-se participativa.

A dominação torna-se colaborativa.

Essa condição inaugura aquilo que poderíamos denominar uma nova ontologia política da transparência. O século XXI passou a valorizar intensamente a exposição. Transparência tornou-se sinônimo de virtude. Visibilidade converteu-se em requisito da existência social.

Entretanto, como adverte Han, uma sociedade completamente transparente corre o risco de destruir os espaços indispensáveis à liberdade.

O ser humano necessita de opacidade.

Necessita de silêncio.

Necessita de interioridade.

Necessita de segredos.

A experiência subjetiva não pode ser integralmente exposta sem sofrer empobrecimento.

Heidegger observava que a essência da técnica moderna não reside nos aparelhos que produz, mas na forma específica de revelar o mundo. A tecnologia contemporânea tende a transformar todas as dimensões da realidade em recursos disponíveis para cálculo, monitoramento e exploração. O indivíduo torna-se banco de dados. A subjetividade converte-se em fonte de extração informacional.

A advertência heideggeriana permanece notavelmente atual:

"Die Sprache ist das Haus des Seins."

(A linguagem é a morada do ser.)

Entretanto, na era digital, a própria linguagem encontra-se progressivamente subordinada à velocidade, à simplificação e à lógica algorítmica. O pensamento exige demora. As plataformas exigem rapidez. A reflexão necessita silêncio. Os sistemas digitais privilegiam estímulos contínuos.

A consequência política dessa transformação é profunda.

A democracia depende da formação da opinião pública.

A opinião pública depende da deliberação.

A deliberação exige tempo.

Mas o ambiente digital favorece reações instantâneas.

O espaço da reflexão é substituído pelo espaço da resposta imediata.

As emoções precedem os argumentos.

Os afetos prevalecem sobre a análise.

A indignação circula com maior velocidade do que a verdade.

Essa situação produz vulnerabilidades inéditas para a vida democrática. O problema já não consiste apenas na censura tradicional ou na repressão estatal. Consiste na possibilidade de orientar comportamentos coletivos mediante técnicas sofisticadas de manipulação emocional. O poder aprende a governar não apenas aquilo que os indivíduos fazem, mas aquilo que desejam fazer.

A política aproxima-se cada vez mais da engenharia comportamental.

A soberania torna-se algorítmica.

A influência torna-se invisível.

A liberdade torna-se problemática.

A antiga imagem do Leviatã, descrita por Hobbes como gigantesco organismo formado pelos corpos dos cidadãos, assume uma nova configuração. O Leviatã digital não precisa controlar fisicamente seus membros. Basta conhecer suas preferências. Basta antecipar seus hábitos. Basta organizar os fluxos informacionais que moldam suas percepções do mundo.

A nova soberania administra dados.

E quem administra dados administra possibilidades.

Todavia, a análise filosófica não deve conduzir ao fatalismo. Toda forma histórica de poder produz igualmente formas de resistência. A consciência crítica continua sendo instrumento essencial da liberdade. A educação, a cultura, a filosofia e a psicanálise permanecem capazes de revelar mecanismos invisíveis de dominação.

Como ensinava a tradição socrática:

"Γνῶθι σεαυτόν."

(Conhece-te a ti mesmo.)

Tal imperativo adquire significado renovado na era digital. Conhecer a si mesmo implica compreender os dispositivos que organizam desejos, medos e comportamentos. Implica reconhecer que a liberdade não consiste apenas na ausência de coerção externa, mas na capacidade de resistir às formas invisíveis de colonização da subjetividade.

A defesa da democracia no século XXI exige, portanto, mais do que a proteção das instituições políticas. Exige igualmente a proteção da interioridade humana. Sem cidadãos capazes de pensar criticamente, a liberdade converte-se em ilusão. Sem espaços de reflexão, a autonomia torna-se aparência. Sem consciência dos mecanismos psicopolíticos, o sujeito corre o risco de colaborar voluntariamente com sua própria submissão.

O futuro da democracia dependerá, em grande medida, da capacidade de preservar aquilo que nenhuma tecnologia deveria capturar integralmente: a

profundidade irrepetível da experiência humana.

Notas

¹ HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyin, 2018.

² HAN, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. Petrópolis: Vozes, 2022.

³ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes.

⁴ FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.

⁵ FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Eu. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶ LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar.

⁷ HEIDEGGER, Martin. Carta sobre o Humanismo. Lisboa: Guimarães Editores.

⁸ HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes.

⁹ ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca.

¹⁰ ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CAPÍTULO X

A PSICANÁLISE DA LIBERDADE: DESEJO, LEI, RESPONSABILIDADE E A DIFÍCIL CONQUISTA DA AUTONOMIA HUMANA

"A liberdade não é a ausência de limites, mas a capacidade de reconhecer conscientemente aquilo que nos determina e, apesar disso, assumir a responsabilidade pelo próprio destino."

Hipólito Valeriano

A liberdade constitui, simultaneamente, uma das mais antigas aspirações da

humanidade é um dos conceitos mais complexos da tradição filosófica ocidental. Desde os diálogos socráticos até os debates contemporâneos acerca da autonomia individual, a questão da liberdade permanece situada no centro das reflexões sobre ética, política e condição humana. Todavia, a emergência da psicanálise introduziu uma transformação radical nessa problemática ao demonstrar que o sujeito não é plenamente transparente para si mesmo. A liberdade deixou de ser concebida apenas como relação entre indivíduo e sociedade para tornar-se igualmente uma questão interior, vinculada à relação do ser humano com seu próprio inconsciente.

Durante séculos, a filosofia política fundamentou-se na premissa de que o homem seria capaz de orientar racionalmente suas decisões. A modernidade reforçou essa perspectiva ao atribuir ao sujeito uma posição central na constituição do conhecimento e da autonomia moral. Em Immanuel Kant, a liberdade aparece como expressão máxima da racionalidade prática. O ser humano torna-se livre quando age segundo princípios que reconhece como universalmente válidos. Em Jean-Jacques Rousseau, a liberdade manifesta-se como capacidade de participar da vontade geral sem submissão arbitrária. Em ambos os casos, permanece implícita a ideia de que existe um sujeito relativamente capaz de governar a si mesmo.

A descoberta freudiana modifica profundamente essa compreensão.

A consciência deixa de ocupar posição soberana.

O indivíduo já não é senhor absoluto de suas escolhas.

A razão deixa de ser a única protagonista da existência.

Aquilo que chamamos de liberdade passa a depender igualmente de processos inconscientes.

A célebre afirmação de Sigmund Freud permanece uma das mais revolucionárias da história do pensamento moderno:

"Das Ich ist nicht Herr im eigenen Hause."

(O eu não é senhor em sua própria casa.)

Nessa sentença encontra-se condensada uma nova antropologia filosófica. O sujeito descobre-se habitado por desejos que desconhece, por conflitos que não controla integralmente e por fantasias que influenciam sua relação com o mundo. A liberdade não desaparece; torna-se mais complexa.

A psicanálise não afirma que o homem seja mero produto de forças inconscientes.

Afirma que a autonomia exige o reconhecimento dessas forças.

Ser livre não significa ausência de condicionamentos.

Significa compreendê-los.

Significa enfrentá-los.

Significa assumir responsabilidade diante deles.

Sob essa perspectiva, a liberdade aproxima-se menos da espontaneidade do que da elaboração.

O sujeito humano nasce inserido em redes simbólicas preexistentes. Recebe uma língua, uma cultura, uma história familiar e um conjunto de identificações que participam ativamente de sua constituição psíquica. O eu não emerge no vazio. Sua identidade é construída por meio das relações estabelecidas com aqueles que o precedem.

Essa realidade foi desenvolvida de maneira magistral por Jacques Lacan. Para o psicanalista francês, o sujeito encontra-se desde sempre inserido na ordem

da linguagem. Antes mesmo de falar, ele já é falado pelos discursos familiares e sociais que o cercam. Sua identidade forma-se através da relação com o Outro.

A conhecida formulação lacaniana:

"Le désir de l'homme est le désir de l'Autre."

(O desejo do homem é o desejo do Outro.)

Expressa precisamente essa condição.

Desejamos por meio de estruturas simbólicas que nos antecedem.

Amamos a partir de referências que herdamos.

Sonhamos utilizando linguagens que não criamos.

Construímos nossos projetos por intermédio de sistemas culturais que participam silenciosamente de nossa subjetividade.

A liberdade, portanto, não consiste em escapar completamente dessas determinações. Isso seria impossível. A verdadeira autonomia emerge quando o sujeito consegue reconhecer sua inscrição na linguagem, na história e nas relações humanas sem tornar-se inteiramente prisioneiro delas.

Nesse ponto, a psicanálise aproxima-se surpreendentemente da antiga tradição grega.

A inscrição délfica:

"Γνῶθι σεαυτόν"

(Conhece-te a ti mesmo.)

Constitui talvez a mais antiga formulação daquilo que a psicanálise procurará realizar em linguagem moderna.

O autoconhecimento não representa mero exercício intelectual.

Trata-se de trabalho existencial.

Pressupõe confronto com ilusões.

Exige reconhecimento das próprias contradições.

Demanda coragem para abandonar certezas narcísicas.

Em outras palavras, a liberdade começa quando o sujeito deixa de atribuir exclusivamente ao mundo a origem de seus conflitos e passa a interrogar sua própria participação naquilo que vive.

Essa perspectiva possui consequências profundamente políticas.

As democracias modernas foram construídas sobre o ideal da autonomia cidadã. Contudo, a cidadania pressupõe indivíduos capazes de reflexão crítica.

Se o sujeito permanece governado por impulsos inconscientes que desconhece, torna-se mais vulnerável à manipulação ideológica, ao fascínio

carismático e às promessas autoritárias.

A liberdade política depende da liberdade interior.

A submissão coletiva frequentemente encontra raízes em dependências psíquicas não elaboradas.

Os movimentos totalitários do século XX forneceram exemplos dramáticos dessa dinâmica. Milhões de indivíduos abriram mão de sua responsabilidade crítica em favor da identificação com líderes, ideologias ou narrativas redentoras. O desejo de segurança revelou-se mais forte do que o desejo de autonomia.

Erich Fromm, em sua obra clássica *O Medo à Liberdade*, analisou magistralmente essa questão. Para ele, a liberdade moderna produziu não apenas emancipação, mas também angústia. Libertado das antigas autoridades tradicionais, o indivíduo encontrou-se diante da responsabilidade de construir sua própria existência. Muitos não suportaram esse peso.

A liberdade produz vertigem.

A autonomia exige maturidade.

A responsabilidade gera ansiedade.

Por essa razão, a submissão pode parecer sedutora.

A dependência pode oferecer conforto.

A obediência pode proporcionar alívio.

A psicanálise reconhece que a liberdade possui um preço. Esse preço é a responsabilidade.

Não existe autonomia sem reconhecimento da própria participação nos acontecimentos da vida.

Não existe emancipação sem disposição para enfrentar conflitos.

Não existe maturidade sem renúncia às fantasias de proteção absoluta.

Freud compreendeu essa realidade ao observar que a civilização exige constantes processos de renúncia pulsional. Nenhuma sociedade pode existir sem limites. Nenhuma convivência humana é possível sem restrições ao exercício imediato do desejo. O problema consiste em encontrar equilíbrio entre liberdade individual e responsabilidade coletiva.

A antiga máxima latina:

"Libertas sine sapientia perit."

(A liberdade sem sabedoria perece.)

Resume admiravelmente essa tensão.

A liberdade não sobrevive quando separada da reflexão.

A autonomia degrada-se quando desvinculada da ética.

O desejo torna-se destrutivo quando ignora a alteridade.

Essa problemática adquire relevância ainda maior na sociedade contemporânea. A cultura neoliberal promove uma compreensão frequentemente empobrecida da liberdade, reduzindo-a à capacidade de escolha entre alternativas de consumo. O sujeito passa a acreditar que ser livre

significa apenas maximizar preferências individuais.

Entretanto, como observa Byung-Chul Han, essa concepção produz novas formas de servidão.

O indivíduo sente-se livre porque escolhe.

Mas desconhece os mecanismos que organizam suas escolhas.

Sente-se autônomo porque decide.

Mas ignora as estruturas que moldam seus desejos.

A liberdade transforma-se em aparência.

A autonomia converte-se em performance.

A subjetividade torna-se mercadoria.

Sob essa perspectiva, a psicanálise oferece uma crítica particularmente relevante ao individualismo contemporâneo. Ela recorda que o ser humano não se constitui isoladamente. O desejo é relacional. A identidade é intersubjetiva. A autonomia não significa autossuficiência.

Somos livres apenas na medida em que reconhecemos nossa dependência constitutiva dos outros.

Essa conclusão aproxima Freud de filósofos como Hegel, para quem a liberdade somente se realiza através do reconhecimento mútuo. Ninguém se torna plenamente humano sozinho. Ninguém alcança autonomia fora das relações sociais.

A democracia depende exatamente dessa consciência.

Quando os indivíduos absolutizam seus interesses particulares, a esfera pública enfraquece.

Quando a cidadania é substituída pelo narcisismo, o vínculo social deteriora-se.

Quando a liberdade é confundida com ausência de responsabilidade, abre-se espaço para a fragmentação da vida coletiva.

A psicanálise recorda que o sujeito livre não é aquele que faz tudo aquilo que deseja.

É aquele que compreende aquilo que deseja.

E que assume as consequências de seus desejos.

Há, portanto, uma dimensão ética inseparável da liberdade.

A responsabilidade não surge como limitação externa.

Ela emerge da própria maturidade subjetiva.

O indivíduo adulto reconhece que suas escolhas possuem efeitos sobre os outros e sobre si mesmo. A liberdade deixa de ser privilégio individual para tornar-se compromisso com o mundo compartilhado.

Hannah Arendt observava que a política nasce sempre que os seres humanos se reúnem para agir e falar em conjunto. A liberdade possui inevitavelmente uma dimensão pública. Ela não floresce no isolamento absoluto. Necessita de espaços de convivência, diálogo e reconhecimento recíproco.

Essa percepção conduz à conclusão central da psicanálise da liberdade: a autonomia não é um estado natural. É uma conquista civilizatória.

Ela exige autoconhecimento.

Exige elaboração psíquica.

Exige educação.

Exige ética.

Exige responsabilidade.

Exige coragem para abandonar ilusões.

Talvez seja precisamente isso que Freud pretendia expressar em uma de suas formulações mais conhecidas:

"Wo Es war, soll Ich werden."

(Onde estava o Id, deve advir o Eu.)

A liberdade não consiste em eliminar o inconsciente.

Consiste em ampliar a consciência.

Não significa abolir o desejo.

Significa responsabilizar-se por ele.

Não implica libertação de toda determinação.

Significa transformar a compreensão dessas determinações em possibilidade de escolha.

A democracia, assim como a psicanálise, permanece fundada nessa esperança: a de que os seres humanos sejam capazes de substituir a repetição inconsciente pela reflexão crítica, a submissão pela responsabilidade e a servidão interior pela difícil, porém indispensável, conquista da autonomia.

Notas

¹ FREUD, Sigmund. O Ego e o Id. São Paulo: Companhia das Letras.

² FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. São Paulo: Companhia das Letras.

³ FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Eu. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴ LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar.

⁵ FROMM, Erich. O Medo à Liberdade. Rio de Janeiro: Zahar.

⁶ KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70.

⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. São Paulo: Martins Fontes.

⁸ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Martins Fontes.

⁹ HAN, Byung-Chul. Psicopolítica. Belo Horizonte: Âyin.

¹⁰ ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre Eros e Leviatã: a democracia como tarefa ética da civilização

"A liberdade não é uma herança garantida pela história; é uma conquista sempre ameaçada por aquilo que o homem se recusa a conhecer em si mesmo."

Hipólito Valeriano

Ao longo das reflexões desenvolvidas nesta obra, procurou-se demonstrar que a política não pode ser compreendida apenas como disputa institucional pelo poder, tampouco como simples resultado de interesses econômicos ou estruturas administrativas. A experiência política constitui igualmente um fenômeno psíquico, simbólico e civilizatório. Por trás das constituições, dos parlamentos, dos partidos e das ideologias, encontram-se sujeitos atravessados por desejos, medos, fantasias, identificações e pulsões que participam ativamente da construção da vida coletiva. A democracia, nesse sentido, não é apenas um regime de governo. É, antes de tudo, uma forma de elaboração cultural do conflito humano.

Desde a Antiguidade grega, a tradição filosófica reconheceu que a vida em comum exige a difícil articulação entre liberdade e limite, autonomia e responsabilidade, indivíduo e comunidade. A pólis não nasceu da eliminação das diferenças, mas da capacidade de transformá-las em objeto de deliberação. A política surgiu quando a palavra substituiu a violência como meio legítimo de resolução dos conflitos. Entretanto, essa conquista jamais se tornou definitiva. Cada geração é novamente convocada a enfrentar o mesmo desafio: impedir que as pulsões destrutivas retomem o lugar da linguagem, da razão e da convivência civilizada.

A psicanálise freudiana revelou que esse problema possui raízes muito mais profundas do que aquelas geralmente reconhecidas pelas teorias políticas tradicionais. Ao demonstrar que o sujeito não é transparente para si mesmo, Sigmund Freud introduziu uma dimensão inteiramente nova na compreensão da democracia. O cidadão não é apenas portador de direitos e deveres. É também portador de conflitos inconscientes. A esfera pública encontra-se inevitavelmente atravessada pelas dinâmicas da vida psíquica. A adesão a líderes, a formação das massas, os movimentos de identificação coletiva, os nacionalismos, os populismos e os fanatismos revelam que a política opera simultaneamente sobre a razão e sobre o desejo.

Nesse aspecto, a contribuição da psicanálise permanece insubstituível. Ela recorda continuamente que nenhuma sociedade se torna livre apenas por meio de reformas institucionais. Não existe emancipação política duradoura sem elaboração subjetiva. O sujeito incapaz de reconhecer suas próprias dependências interiores permanece vulnerável às formas exteriores de dominação. A servidão política frequentemente começa na servidão psíquica.

Foi precisamente nesse terreno que os estudos de Max Weber, Michel Foucault, Achille Mbembe, Hannah Arendt, Byung-Chul Han, Tzvetan Todorov e Elisabeth Roudinesco ampliaram decisivamente a compreensão da

modernidade. Suas análises revelaram que o poder não se manifesta apenas através da coerção visível. Ele infiltra-se nas instituições, nos discursos, nos corpos, nos afetos e até mesmo nos mecanismos pelos quais os indivíduos compreendem a si próprios. O poder administra a vida, organiza a morte, produz identidades, disciplina comportamentos e modela subjetividades.

A modernidade tecnológica elevou essa problemática a um novo patamar. As sociedades digitais inauguraram formas inéditas de vigilância, monitoramento e influência comportamental. O sujeito contemporâneo acredita frequentemente viver sob o signo da máxima liberdade justamente quando participa de sistemas que capturam sua atenção, orientam seus desejos e transformam seus dados em mercadoria. A antiga dominação fundada na força física cede lugar a mecanismos muito mais sofisticados de sedução e autocontrole. O que outrora era imposto pela autoridade externa passa progressivamente a ser reproduzido pela própria subjetividade.

Tal paradoxo permite compreender por que a democracia contemporânea enfrenta desafios tão complexos. Nunca houve tantas promessas de liberdade. Nunca existiram tantos recursos tecnológicos de comunicação. Nunca os indivíduos dispuseram de meios tão amplos para expressar opiniões. E, no entanto, observa-se simultaneamente o crescimento da intolerância, da polarização, da fragmentação social e da incapacidade de sustentar o diálogo democrático.

Essa tensão não pode ser explicada apenas por fatores econômicos ou institucionais.

Trata-se de uma crise da própria subjetividade.

O sujeito contemporâneo encontra-se pressionado por exigências contraditórias. Deve ser produtivo, visível, eficiente, competitivo e permanentemente disponível. Ao mesmo tempo, enfrenta crescente dissolução dos vínculos simbólicos que tradicionalmente ofereciam sentido à existência. O resultado é a expansão do narcisismo social, da ansiedade coletiva e da vulnerabilidade aos discursos simplificadores.

Nesse cenário, a democracia corre o risco de perder seu fundamento mais profundo: a capacidade de reconhecer a alteridade.

A tradição humanista sempre soube que a liberdade não se constrói no isolamento. Ela nasce do encontro com o outro. Surge da convivência entre diferenças. Desenvolve-se através da linguagem, da educação e do reconhecimento recíproco. Quando a pluralidade passa a ser percebida como ameaça, quando a divergência torna-se intolerável e quando o adversário é transformado em inimigo absoluto, inicia-se um processo de erosão da própria cultura democrática.

A reflexão de Hannah Arendt permanece, nesse sentido, extraordinariamente atual. A autora compreendeu que a política autêntica nasce do espaço comum onde os seres humanos aparecem uns para os outros como sujeitos livres e iguais. Esse espaço encontra-se permanentemente ameaçado pela tentação do conformismo, pela sedução do pensamento único e pela recusa da complexidade. A defesa da democracia exige precisamente a preservação dessa esfera pública aberta à pluralidade.

Nesse ponto, a articulação entre filosofia e psicanálise revela toda a sua fecundidade. Ambas convergem para uma mesma conclusão: a liberdade não é um dado natural. É uma construção ética. É uma conquista cultural. É um trabalho permanente sobre si mesmo e sobre o mundo.

A célebre máxima socrática,

"Γνῶθι σεαυτόν"

(Conhece-te a ti mesmo),

e a formulação freudiana,

"Wo Es war, soll Ich werden."

(Onde estava o Id, deve advir o Eu),

Expressam, em registros distintos, uma mesma tarefa civilizatória. Tanto a filosofia quanto a psicanálise convidam o sujeito a ultrapassar a ignorância de si mesmo. Ambas compreendem que a autonomia somente emerge quando a consciência é capaz de confrontar suas próprias ilusões.

Por essa razão, a defesa da democracia não pode restringir-se ao campo jurídico. Não basta proteger constituições, eleições ou instituições formais. É necessário cultivar sujeitos capazes de pensamento crítico, responsabilidade ética e autoconhecimento. A liberdade política depende inseparavelmente da liberdade interior.

Essa constatação conduz inevitavelmente à questão da educação.

Nenhuma democracia subsiste por longo tempo sem uma cultura educativa orientada para a formação da consciência. Nenhuma sociedade preserva a liberdade quando abandona a reflexão crítica. A educação representa uma das mais importantes formas de resistência contra o autoritarismo, contra o obscurantismo e contra as diversas modalidades de manipulação subjetiva.

A tradição clássica compreendia que a finalidade suprema da educação consistia na formação do cidadão. A contemporaneidade exige ampliar essa missão. É necessário formar cidadãos e sujeitos. Indivíduos capazes de interpretar criticamente o mundo externo e igualmente dispostos a reconhecer os conflitos que habitam sua própria interioridade.

A democracia necessita de consciência.

Necessita de memória.

Necessita de prudência.

Necessita de imaginação ética.

Necessita de responsabilidade.

Acima de tudo, necessita de seres humanos capazes de suportar a complexidade da condição humana sem recorrer às ilusões confortáveis do fanatismo.

As reflexões aqui desenvolvidas também permitem compreender que o futuro da democracia depende da disputa permanente entre aquilo que Freud denominou Eros e Thanatos. A pulsão de vida manifesta-se na cooperação, no diálogo, na criação cultural e na construção de instituições orientadas pelo bem

comum.

A pulsão de morte revela-se na destruição do outro, na intolerância, no ressentimento e nas diversas formas de exclusão.

A história humana jamais eliminará completamente esse conflito.

A civilização consiste precisamente na tentativa de administrá-lo.

A democracia permanece uma das expressões mais sofisticadas desse esforço.

Ela representa a aposta de que a palavra pode prevalecer sobre a violência.

De que a razão pode dialogar com o desejo.

De que a liberdade pode coexistir com a responsabilidade.

De que a pluralidade pode fortalecer, e não destruir, a comunidade política.

Entretanto, essa aposta exige vigilância permanente.

Como advertiam os antigos romanos:

"Libertas pretiosior auro."

(A liberdade é mais preciosa do que o ouro.)

Mas ela também é mais frágil.

Pode ser perdida não apenas pela força das armas, mas pela erosão silenciosa da consciência crítica. Pode desaparecer não apenas diante da tirania explícita, mas diante da indiferença, da apatia e da renúncia ao pensamento. Pode ser corroída por governos autoritários, mas também pelo narcisismo, pela desinformação e pela incapacidade de reconhecer a humanidade do outro.

Talvez essa seja a principal conclusão deste percurso intelectual: a democracia não é apenas uma forma de governo. É uma forma de maturidade civilizatória. Seu destino permanece inseparavelmente ligado ao destino da subjetividade humana.

Enquanto existirem homens e mulheres dispostos a refletir, dialogar, educar, criar e reconhecer no outro a mesma dignidade que reivindicam para si, permanecerá viva a esperança democrática.

E enquanto essa esperança sobreviver, Eros continuará resistindo ao Leviatã.

GLOSSÁRIO

A

Alteridade – Conceito filosófico e antropológico que designa o reconhecimento da existência do outro como sujeito dotado de dignidade, identidade e autonomia próprias. Na teoria política democrática e na psicanálise, a alteridade constitui condição fundamental para a construção dos vínculos sociais e da convivência ética.

Autoridade – Forma de poder reconhecida como legítima pelos indivíduos ou grupos sociais. Segundo Max Weber, pode manifestar-se mediante dominação tradicional, racional-legal ou carismática.

Autonomia – Capacidade do sujeito de orientar a própria conduta segundo princípios refletidos e assumidos conscientemente. Em Kant, relaciona-se à autodeterminação moral; na psicanálise, à capacidade de reconhecer e elaborar os condicionamentos inconscientes.

B

Biopolítica – Conceito elaborado por Michel Foucault para designar os dispositivos por meio dos quais o poder moderno administra a vida biológica das populações, regulando fenômenos como saúde, sexualidade, natalidade, educação e produtividade.

Biopoder – Forma moderna de exercício do poder centrada na gestão da vida e dos corpos. Diferentemente da soberania clássica, fundamentada no direito de matar, o biopoder preocupa-se em produzir, controlar e administrar a existência humana.

C

Capitalismo de Vigilância – Expressão utilizada por Shoshana Zuboff para designar o sistema econômico baseado na coleta massiva de dados pessoais, transformados em instrumentos de previsão e modificação comportamental.

Carisma – Conceito desenvolvido por Max Weber para designar uma forma de legitimidade política derivada da crença coletiva em qualidades extraordinárias atribuídas a determinado líder.

Civilização – Conjunto de instituições, práticas, valores e mecanismos simbólicos que organizam a convivência humana. Em Freud, representa o esforço histórico destinado a controlar impulsos destrutivos e possibilitar a vida coletiva.

Consciência Crítica – Capacidade reflexiva de analisar discursos, instituições e valores, reconhecendo condicionamentos ideológicos, culturais ou inconscientes.

D

Democracia – Sistema político baseado na soberania popular, na participação

cidadã, no pluralismo e no respeito aos direitos fundamentais. Neste livro, é compreendida igualmente como experiência ética e cultural de reconhecimento da alteridade

e.

Desejo – Categoria central da psicanálise. Refere-se à dinâmica inconsciente que orienta a vida subjetiva para além das necessidades biológicas imediatas.

Dominação – Probabilidade de obter obediência dentro de determinado grupo social. Em Weber, constitui elemento fundamental da organização política.

E

Educação Democrática – Processo formativo orientado para a constituição de cidadãos capazes de pensamento crítico, participação política e responsabilidade ética.

Eleuthería (ἐλευθερία) – Termo grego para liberdade. Na tradição clássica, refere-se à participação ativa na vida da pólis e ao exercício consciente da cidadania.

Eros – Na teoria freudiana, designa as pulsões de vida associadas à criação, cooperação, amor, cultura e preservação da existência.

Esfera Pública – Espaço simbólico e político onde os cidadãos discutem, deliberam e participam da construção do destino comum.

F

Falta – Conceito lacaniano que indica a incompletude constitutiva do sujeito humano. O desejo nasce precisamente dessa ausência estrutural.

Fantasia – Construção psíquica inconsciente através da qual o sujeito organiza seus desejos e interpreta sua relação com o mundo.

Fascismo – Regime político autoritário caracterizado pela concentração de poder, culto ao líder, nacionalismo radical e supressão das liberdades democráticas.

G

Gozo (Jouissance) – Conceito lacaniano que se refere a uma forma de satisfação que ultrapassa o princípio do prazer e frequentemente envolve sofrimento.

Governamentalidade – Conceito foucaultiano que descreve o conjunto de técnicas utilizadas para conduzir comportamentos e administrar populações.

H

Hegemonia – Capacidade de determinado grupo ou sistema de valores exercer liderança cultural, política e simbólica sobre a sociedade.

Homo Sacer – Conceito desenvolvido por Giorgio Agamben para designar a vida humana reduzida à mera existência biológica, privada de proteção política plena.

I

Identificação – Processo psíquico pelo qual o sujeito incorpora características, valores ou ideais de outra pessoa ou grupo.

Ideologia – Sistema de representações e narrativas que organiza a compreensão da realidade social e política.

Inconsciente – Instância psíquica descrita por Freud, composta por desejos, memórias e conflitos inacessíveis diretamente à consciência, mas que influenciam o comportamento humano.

Individualismo – Doutrina ou atitude que privilegia os interesses individuais acima das exigências da coletividade.

L

Leviatã – Figura utilizada por Thomas Hobbes para representar o Estado soberano capaz de garantir ordem e segurança mediante concentração de autoridade.

Liberdade – Conceito central da tradição filosófica e política ocidental. Neste livro, é compreendida como capacidade de reconhecer condicionamentos internos e externos, assumindo responsabilidade pela própria existência.

M

Mal-Estar na Civilização – Conceito freudiano que expressa a tensão permanente entre desejos individuais e exigências da vida social.

Massa – Coletividade caracterizada pela intensificação dos processos de identificação emocional e pela redução relativa da autonomia crítica dos indivíduos.

Modernidade Líquida – Conceito de Zygmunt Bauman que descreve a fragilidade dos vínculos sociais, das instituições e das identidades na contemporaneidade.

N

Narcisismo – Conceito freudiano que designa o investimento libidinal dirigido ao próprio eu. Na contemporaneidade, refere-se frequentemente à hipertrofia da autoimagem e da busca incessante por reconhecimento.

Necropolítica – Conceito formulado por Achille Mbembe para designar formas de soberania que administram a morte ou a exposição de populações à precariedade extrema.

Neoliberalismo – Modelo econômico e político que privilegia a lógica de mercado, a desregulação econômica e a responsabilização individual.

Nutricídio – Conceito utilizado para descrever processos estruturais que produzem fome, insegurança alimentar e privação nutricional de populações inteiras por razões políticas, econômicas ou sociais.

P

Panóptico – Modelo arquitetônico concebido por Jeremy Bentham e utilizado por Foucault como metáfora dos sistemas modernos de vigilância.

Poder – Capacidade de influenciar comportamentos, decisões ou estruturas sociais. Em Foucault, o poder não é apenas repressivo, mas também produtor de subjetividades.

Política – Atividade humana relacionada à organização da vida coletiva, à distribuição do poder e à construção do bem comum.

Populismo – Forma de mobilização política que reivindica representar diretamente o povo contra elites consideradas ilegítimas.

Pólis (πόλις) – Cidade-Estado grega concebida como espaço de participação, cidadania e deliberação pública.

Psicanálise – Campo teórico e clínico fundado por Sigmund Freud dedicado ao estudo do inconsciente e de suas manifestações na vida psíquica e cultural.

Psicopolítica – Conceito desenvolvido por Byung-Chul Han para designar mecanismos contemporâneos de poder que atuam sobre a subjetividade, os desejos e as emoções.

Pulsão de Morte (Thanatos) – Tendência descrita por Freud associada à agressividade, destruição e retorno a estados inorgânicos.

Pulsão de Vida (Eros) – Conjunto de forças orientadas para a preservação da vida, dos vínculos afetivos e da cooperação social.

R

Reconhecimento – Categoria central em Hegel e na teoria social contemporânea. Refere-se à validação recíproca entre sujeitos como condição da liberdade.

Responsabilidade – Capacidade ética de responder pelos próprios atos e reconhecer suas consequências para si e para os outros.

S

Subjetividade – Conjunto de experiências, afetos, representações e processos psíquicos que constituem o sujeito.

Superego – Instância psíquica descrita por Freud, responsável pela internalização das normas, valores e proibições sociais.

Soberania – Autoridade suprema exercida por um Estado ou instituição política.

T

Tecnocapitalismo – Configuração contemporânea do capitalismo baseada na centralidade das tecnologias digitais, dos algoritmos e da exploração de dados.

Thanatos – Termo grego utilizado por Freud para designar as pulsões destrutivas ou de morte.

Totalitarismo – Forma extrema de dominação política caracterizada pelo controle integral da sociedade, eliminação da oposição e mobilização ideológica permanente.

V

Vigilância Digital – Conjunto de mecanismos tecnológicos de monitoramento, coleta e análise de dados pessoais realizados por governos ou corporações.

Vontade de Poder – Conceito associado a Friedrich Nietzsche que descreve a tendência humana à afirmação, expansão e intensificação da própria força vital.

BIBLIOGRAFIA

Obras Fundamentais de Filosofia Política, Democracia e Teoria do Poder

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARISTÓTELES. Política. Brasília: Editora UnB, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução na França. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2022.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2022.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da filosofia do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Lisboa: Edições 70, 2007.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil. Petrópolis: Vozes, 2019.

MONTESQUIEU. O espírito das leis. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: Editora UnB, 2015.

WEBER, Max. A política como vocação. São Paulo: Cultrix, 2018.

Psicanálise, Subjetividade e Cultura

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. São Paulo: Penguin-Companhia, 2013.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, Sigmund. O ego e o id. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

JUNG, Carl Gustav. O homem e seus símbolos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

JUNG, Carl Gustav. Psicologia e religião. Petrópolis: Vozes, 2011.

LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. O seminário, Livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. O seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ROUDINESCO, Elisabeth. Por que a psicanálise?. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ROUDINESCO, Elisabeth. A família em desordem. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. Retorno à questão judaica. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ROUDINESCO, Elisabeth. O eu soberano. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FROMM, Erich. O medo à liberdade. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FROMM, Erich. Anatomia da destrutividade humana. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MATÉ, Gabor. O mito do normal. Rio de Janeiro: Sextante, 2023.

CHIOZZA, Luis. Por que adoecemos?. Campinas: Papyrus, 1997.

CHIOZZA, Luis. Corpo, afeto e linguagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyin, 2018.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. No enxame. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. Topologia da violência. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. A expulsão do outro. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. Infocracia. Petrópolis: Vozes, 2023.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

VIRILIO, Paul. Velocidade e política. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2010.

Necropolítica, Biopolítica e Violência

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Vida precária. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

ESPOSITO, Roberto. Bíos: biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

Democracia, Populismo e Sociedade Contemporânea

TODOROV, Tzvetan. Os inimigos íntimos da democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOUFFE, Chantal. Por um populismo de esquerda. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

LACLAU, Ernesto. A razão populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DAHL, Robert. Sobre a democracia. Brasília: Editora UnB, 2016.

RAWLS, John. Liberalismo político. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Filosofia, Ética e Condição Humana

HEIDEGGER, Martin. Carta sobre o humanismo. Lisboa: Guimarães Editores, 2008.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Petrópolis: Vozes, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PASCAL, Blaise. Pensamentos. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

ARENDT, Hannah. A vida do espírito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RICOEUR, Paul. Si mesmo como outro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEVINAS, Emmanuel. Totalidade e infinito. Lisboa: Edições 70, 2019.

Slavoj Žižek, Gozo e Crítica da Ideologia

ŽIŽEK, Slavoj. Bem-vindo ao deserto do real. São Paulo: Boitempo, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. Violência. São Paulo: Boitempo, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. O sujeito incômodo. São Paulo: Boitempo, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. As metástases do gozo. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

VALLAS, Patrick. Freud e a perversão. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

Referências Clássicas Greco-Latinas

PLATÃO. A República. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PLATÃO. As Leis. Bauru: Edipro, 2010.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Vozes, 2021.

ARISTÓTELES. Política. Brasília: Editora UnB, 2019.

CÍCERO. Da República. São Paulo: Edipro, 2011.

SÊNECA. Cartas a Lucílio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

MARCO AURÉLIO. Meditações. São Paulo: Edipro, 2021.

EPICTETO. Manual. São Paulo: Edipro, 2018.

Referência complementar

BLOCH, Ernst. O princípio esperança. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

DARCY RIBEIRO. O povo brasileiro. São Paulo: Global, 2015.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2022.

SOBRE O AUTOR

Luiz Cláudio Hipólito Valeriano é educador, pesquisador e intelectual brasileiro

dedicado aos estudos interdisciplinares que articulam filosofia, psicanálise, educação, teoria política, cultura contemporânea e crítica da civilização. Sua trajetória acadêmica e profissional é marcada pelo permanente diálogo entre as humanidades clássicas e os desafios emergentes do século XXI, investigando temas relacionados à subjetividade, democracia, liberdade, poder, tecnologias digitais, formação humana e transformação social.

Atuando no campo da educação superior, desenvolveu pesquisas e reflexões voltadas para a compreensão das relações entre consciência, cultura e processos educativos, dedicando especial atenção aos impactos das transformações tecnológicas sobre a formação da subjetividade contemporânea. Sua produção intelectual transita entre a tradição filosófica ocidental, a psicanálise freudiana e lacaniana, a teoria crítica, a sociologia da modernidade e os estudos sobre democracia e cidadania.

Influenciado por pensadores como Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Tomás de Aquino, Immanuel Kant, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud, Jacques Lacan, Hannah Arendt, Michel Foucault, Cornelius Castoriadis, Zygmunt Bauman, Tzvetan Todorov, Achille Mbembe, Byung-Chul Han, Elisabeth Roudinesco e Slavoj Žižek, desenvolve uma abordagem intelectual caracterizada pela convergência entre reflexão filosófica, análise psicanalítica e crítica social.

Entre seus principais interesses de pesquisa destacam-se:

Filosofia da Educação;

Psicanálise e Cultura;

Democracia e Teoria Política;

Biopolítica, Psicopolítica e Necropolítica;

Inteligência Artificial e Condição Humana;

Subjetividade e Sociedade Digital;

Ética, Liberdade e Formação da Consciência;

Neurociências e Humanidades;

Filosofia Contemporânea e Teoria Crítica;

Educação Superior e Inovação Acadêmica.

Em suas obras, busca compreender os processos históricos, culturais e psíquicos que moldam a experiência humana contemporânea, investigando os conflitos existentes entre autonomia e controle, liberdade e poder, desejo e autoridade. Seus escritos caracterizam-se pela defesa do pensamento crítico, da educação humanista e do diálogo interdisciplinar como instrumentos indispensáveis para a preservação da democracia e da dignidade humana.

Autor de Epístolas ao Zeitgeist e de diversos ensaios acadêmicos e filosóficos, dedica-se à construção de uma reflexão que une tradição e contemporaneidade, procurando interpretar os dilemas do presente à luz das grandes questões que atravessam a história da civilização.

Em *Entre Eros e Leviatã: Psicanálise, Democracia e Poder na Era do Narcisismo*, o autor propõe uma investigação das relações entre inconsciente, poder e liberdade, defendendo a tese de que o futuro da democracia permanece inseparável da formação ética, cultural e subjetiva dos indivíduos.

A obra representa um convite ao pensamento, à autocrítica e à responsabilidade intelectual diante dos desafios políticos, tecnológicos e civilizatórios do nosso tempo.

"Escrever é um ato de resistência contra o esquecimento. Pensar é uma forma de liberdade. Educar é confiar que a consciência humana ainda pode transformar a história."

Luiz Cláudio Hipólito Valeriano.